

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ CÍVEL
DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS-MS.**

MARIA JOSE OTTONI, brasileira, pecuarista, casada, portador da cédula de identidade RG nº 001190843 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob nº 480.687.301-25, residente e domiciliada na Rua Olivia Garcia Dias, 1566, na cidade de Três Lagoas/MS, através dos advogados que esta subscrevem, vem respeitosamente à presença de **VOSSA EXCELENCIA**, com fundamento nos arts. 97 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor e art. 475-N, par. un. do Código de Processo Civil e demais disposições aplicáveis à espécie, requerer a **EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - CUMPRIMENTO DA SENTENÇA PROLATADA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 16798/98 DA 12ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA/DF** contra o **BANCO DO BRASIL S/A**, pessoas jurídica de economia mista, inscrita no no CNPJ nº 00.000.000/0467-79 instituição financeira com agência na Rua Paranaíba, nº 598, centro, na cidade de Três Lagoas-MS, prolatada no presente feito nos seguintes termos:

I - DOS FATOS

Em 29 de Março de 1993, o IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor propôs a Ação Civil Pública em face do Banco do Brasil S/A, postulando o pagamento dos expurgos inflacionários decorrentes do Plano Verão, acrescidos de juros remuneratórios de 6% ao ano (0,5 % ao mês) a todos poupadores da instituição financeira que mantinham depósitos em contas poupança no período de janeiro a fevereiro de 1989.

**II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA PROFERIDA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA -
PLANO VERÃO**

A Ação Civil Pública que tramitou perante a 12ª Vara Cível da Comarca de Brasília/DF foi julgada procedente na forma postulada, favorecendo todos os poupadores do Banco do Brasil S/A, de forma genérica, consoante o art. 95 do Código de Defesa do Consumidor.

Inconformada, a instituição financeira requerida interpôs Recurso de Apelação que, acertadamente, foi negado seu provimento pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Da decisão que negou provimento ao Recurso de Apelação a Instituição Financeira interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, sendo deferido o processamento apenas do primeiro e indeferido o do segundo, o qual remetido ao Egrégio Supremo Tribunal Federal por força de Agravo de Instrumento. Ambos processados e admitidos apenas no efeito devolutivo.

Em sede de Recurso Especial, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça alterou o índice de remuneração do IPC de Janeiro de 1989 para 42,72%.

Com relação ao Recurso Extraordinário, seu seguimento foi negado pela Primeira Turma do Egrégio Supremo Tribunal Federal e improvido o Agravo Regimental subsequentemente interposto.

Finalmente, a decisão na Ação Civil Pública transitou em julgado em 27 de Outubro de 2009, tornando-se, portanto, exequível.

Portanto, consoante a Ação Civil Pública acima mencionada, restou pacificado o reconhecimento da reposição das perdas dos depósitos de poupança à época do Plano Verão (Janeiro de 1.989), a qual tem direito à recuperação das perdas com o referido plano todos os poupadores que tinham saldo em caderneta de poupança na primeira quinzena de janeiro do ano de 1.989 junto ao Banco do Brasil S/A.

III – DOS EFEITOS NACIONAL DA SENTENÇA PROFERIDA

Inicialmente, no que diz respeito à competência para propositura da Ação Civil Pública, resta claro a incidência da regra especial do artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor. De acordo com o inciso II do referido artigo, é competente para a causa, ressalvada a competência da Justiça Federal, o foro do Distrito Federal para os danos de âmbito nacional.

Na petição inicial, o IDEC pleiteou pela aplicação do artigo 16 da Lei 7.347/85, combinado com o artigo 103, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor. De acordo com tal regramento, a decisão deve estender-se a todos os titulares que mantinham caderneta de poupança perante a Instituição Financeira demandada e que foram alvo da incorreta aplicação do índice de correção monetária.

Embora originariamente a ação tenha sido proposta em São Paulo e distribuída à 19ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital, a Instituição Financeira, em sua contestação, alegou preliminarmente a incompetência territorial desse juízo, uma vez que, entendendo-se que a pretensão da ação seja de **abrangência nacional**, dever-se-ia aplicar o art. 93, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, combinado com o artigo 100, inciso IV, alínea *a*, do Código de Processo Civil. Em outras palavras, de acordo com a alegação apresentada na contestação, seria competente para julgar a ação, no caso de abrangência nacional dos efeitos da decisão, o foro do lugar onde está a sede da pessoa jurídica, *in casu*, Brasília/DF.

Para fazer prevalecer esse entendimento, o Banco do Brasil apresentou Exceção de Incompetência alegando que o foro competente da Ação Civil Pública promovida pelo IDEC seria o Distrito Federal, uma vez que a ação **abrange todos os poupadores do banco, nacionalmente**, instando a manifestar-se nos autos da Exceção de Incompetência, o Ministério, em tese favorável à excipiente, alegou que, por se tratar de consumidor no âmbito nacional, a ação deveria ser proposta no domicílio do réu, e não atendendo ao Código de Defesa do Consumidor.

Por fim, em decisão proferida pelo juízo de primeiro grau e confirmada pelo Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, por abranger uma coletividade em âmbito nacional, definiu-se que a ação deveria prosseguir no foro da sede do Banco do Brasil S/A, qual seja, Distrito Federal, no qual a ação foi sentenciada pela 12ª Vara Cível da Comarca de Brasília/DF.

Portanto, a decisão na Ação Civil Pública abrange todos os poupadores da Instituição Financeira, em âmbito nacional, que mantinham depósitos em contas poupanças nos meses de janeiro e fevereiro de 1989.

IV – DO FORO DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Sobre a competência, importante observação se impõe. Não se aplicam, aqui, as regras dos art. 475-A e 575, II do Código de Processo Civil, pois, não há prevenção, para o juízo que processou e julgou a ação coletiva, para a execução individual.

Na verdade, o que se vê é a incidência do art. 98, §1º e §2º, inciso I, c.c art. 101, inciso I, ambos do Código de Defesa do Consumidor, que dispõem:

Art. 98 - *A execução poderá ser coletiva, sendo promovida pelos legitimados de que trata o art. 82, abrangendo as vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação, sem prejuízo do ajuizamento de outras execuções.*

§ 1º *A execução coletiva far-se-á com base em certidão das sentenças de liquidação, da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado.*

§ 2º É competente para a execução o juízo:

I - da liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução individual;

II - da ação condenatória, quando coletiva a execução.

Art. 101 - *Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste Título, serão observadas as seguintes normas:*

I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor;

Nota-se que Código Consumeirista contempla, assim, a prerrogativa de o indivíduo, como consumidor, valer-se do seu domicílio, como juízo competente para a execução individual, não sendo razoável o entendimento de forma diferente, haja vista que obriga o consumidor a ajuizar a execução individual da sentença no juízo da ação coletiva implicaria em prejuízo a efetivação do direito reconhecido.

Portanto, no caso em tela, está-se a executar uma sentença proferida em Ação Civil Pública que não limitou o seu alcance territorial. Assim vale destacar que vincular o foro da liquidação/execução individual ao juízo no qual foi proferida a sentença coletiva é contrariar os ditames do Código de Defesa do Consumidor, o qual, como é de conhecimento geral, é aplicado a Ações Cíveis Públicas de natureza consumerista.

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou acerca da possibilidade de execução individual de ações coletivas em foro diverso do processo de conhecimento, *in verbis*:

DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:

1.1. A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC).

1.2. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, *caput*, da Lei n. 9.494/97.

2. Ressalva de fundamentação do Ministro Teori Albino Zavascki.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 1.243.887 - PR (2011/0053415-5) - DJe: 12/12/2011 - RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO).

RECURSO ESPECIAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA NO JULGAMENTO DE AÇÃO COLETIVA. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE

PREVENÇÃO DO JUÍZO QUE EXAMINOU O MÉRITO DA AÇÃO COLETIVA. TELEOLOGIA DOS ARTS. 98, § 2º, II E 101, I, DO CDC.

1. A execução individual de sentença condenatória proferida no julgamento de ação coletiva não segue a regra geral dos arts. 475-A e 575, II, do CPC, pois inexistente interesse apto a justificar a prevenção do Juízo que examinou o mérito da ação coletiva para o processamento e julgamento das execuções individuais desse título judicial. 2. A analogia com o art. 101, I, do CDC e a integração desta regra com a contida no art. 98, § 2º, I, do mesmo diploma legal garantem ao consumidor a prerrogativa processual do ajuizamento da execução individual derivada de decisão proferida no julgamento de ação coletiva no foro de seu domicílio. 3. Recurso especial provido. (REsp 1.098.242/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2010, DJe 28/10/2010).

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA GENÉRICA DO ART. 95 DO CDC. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO JULGADO. COMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE PREVENÇÃO DO JUÍZO QUE DECIDE A AÇÃO COLETIVA PARA AS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. PRECEDENTES.

A ação civil pública para a defesa de interesses individuais homogêneos proposta por associação legitimada para tanto, apresenta condenação genérica, fixando a responsabilidade do réu, a teor do art. 95 do CDC. Porém, não é prevento, para as execuções individuais que decorrerem da referida sentença o Juízo que prolatou a sentença da ação civil pública, sob pena de violação aos arts. 98, § 2º, inciso I, e 101, inciso I, ambos do CDC e de ofensa aos princípios da instrumentalidade das formas e do amplo acesso à Justiça. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Recurso improvido. (TJPR: 9538245 PR 953824-5 - 15ª Câmara Cível - Julgamento: 19/09/2012).

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. EFICÁCIA SUBJETIVA DA COISA JULGADA. LIMITES TERRITORIAIS. COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. FORO DA AÇÃO CONDENATÓRIA COLETIVA. NÃO PREVENÇÃO. ART. 98, § 2º, I E ART. 101, I, DO CPC.

1. A LIMITAÇÃO TERRITORIAL IMPOSTA PELO ART. 16 DA LEI Nº 7.347/85 VAI DE ENCONTRO AO ESCOPO DA AÇÃO COLETIVA, DE EVITAR A PROLIFERAÇÃO DE DEMANDAS IGUAIS E O EVIDENTE RISCO DE DECISÕES CONTRADITÓRIAS.

2. SE O JUIZ PROLATOR DO TÍTULO EXEQUENDO RATIFICOU A ABRANGÊNCIA NACIONAL E O EFEITO ERGA OMNES DA DECISÃO, HÁ DE SER AFASTADA A LIMITAÇÃO TERRITORIAL DA EFICÁCIA SUBJETIVA DA COISA JULGADA.

3. NÃO HÁ PREVENÇÃO DO JUÍZO PROLATOR DA SENTENÇA CONDENATÓRIA COLETIVA PARA A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DO TÍTULO EXEQUENDO, EM RAZÃO DA PRERROGATIVA

CONFERIDA AO CONSUMIDOR DE A JUIZAR A AÇÃO NO FORO DE SEU DOMICÍLIO.

4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (APL 698095920108070001 DF 0069809-59.2010.807.0001 - 1ª Turma Cível TJDF – PUB. 13/05/2011).

Confira ainda, nesse sentido, a doutrina de Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin:

O § 2º do art. 98 difere a execução coletiva da individual em matéria de competência para a execução. Em relação à execução individual, prevê a competência do juízo da liquidação da sentença ou da ação condenatória. Trata-se de regra que deve ser interpretada, como, de resto, todo o Código, em benefício do consumidor-exequente, de modo a atender seu direito básico de facilitação de acesso à justiça (art. 6º, VIII). Assim, parece-nos que, ao mencionar os dois, o CDC determina uma faculdade ao exequente, criando norma especial em matéria processual, a qual tem preferência em relação à regra geral do art. 575, II, do CPC. Trata-se de interpretação que contempla, mais uma vez, a razão de ser do CDC em matéria de ações coletivas, que é a de oferecer uma adequada tutela ao direito de grandes contingentes de consumidores lesados em razão de uma mesma conduta ilícita do consumidor. Admitir-se a prevalência da vinculação entre o juízo competente para o processo de conhecimento e para a execução seria desnaturar a essência das ações coletivas, permitindo situações esdrúxulas como a de um consumidor lesado que tenha domicílio em Manaus, que, para ter seu direito admitido, deveria interpor a respectiva execução em Porto Alegre, na hipótese de nesta cidade ter sido interposta a ação de conhecimento. Esta situação foi criada, é verdade, pelo veto presidencial oferecido ao art. 97, parágrafo único do Código, que permitia a dissociação entre o juízo do processo de conhecimento e o da liquidação de sentença. Tivesse prevalecido a redação aprovada no Congresso Nacional, as duas possibilidades de foro competente para a execução estariam evidenciadas: o fora da ação de conhecimento ou o da liquidação, podendo este ser distinto a critério do consumidor. Com o veto ao art. 97, é preciso interpretar o art. 98 em conformidade com o espírito do CDC, que, como insistimos repetidas vezes, tem por idéia forçar a promoção do direito de acesso do consumidor à justiça. Assim, ao permitir ambos, e considerando que, em matéria de ação coletiva, a habilitação do consumidor equivale, em termos práticos, ao exercício da pretensão, nada mais correto do que interpretar-se este artigo em conformidade com o disposto no artigo, 101, I, do CDC, que admite o foro da ação individual no domicílio do consumidor. Trata-se não apenas de uma interpretação útil, mas coerente e sistemática das disposições do Código em matéria de competência. Se, nas ações individuais, admite-se expressamente, a regra do domicílio

como foro competente, com igual ou maior razão deve-se admitir também para a liquidação das ações coletivas, sob pena de o consumidor, como mencionamos, ser obrigado a promover liquidação em foro completamente estranho a qualquer do elementos de fato envolvidos na relação jurídica determinada pela conduta ilícita do fornecedor, e reconhecida pela sentença em liquidação." (BENJAMIN, Antônio Herman; MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p. 1.096-1.097).

Ada Pellegrini Grinover corrobora tal entendimento:

“E se execução for individual? O inc. I do § 2º dos dispositivo ligava-se aos dispositivo do parágrafo único do art. 97, que foi vetado. Este determinava que o foro competente para a liquidação da sentença poderia ser o do domicílio do liquidante, daí derivando a regra ora sub examine, no sentido de o juízo competente poder, correlatamente, ser o da liquidação da sentença ou da ação condenatória. O fato é que, mesmo vetado o parágrafo único do art. 97, o inc. I, do § 2º do art. 98 permanece íntegro. A lei não pode conter disposições inúteis. É preciso dar conteúdo ao dispositivo em tela e a única interpretação capaz de fazê-lo parece ser aquela que, reportando-se ao disposto no art. 101, inc. I, e aplicando-o por analogia, extrai do sistema a regra de competência de foro do domicílio do liquidante, ora vetada.” (GRINOVER, Ada Pellegrini...[et al]. *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004. p. 891)

A ilibada lição retro e acima transcrita, combinado com as normas do Código de Defesa do Consumidor, mormente os artigos 98, § 2º, inc. I, e 101 inc. I, indubitavelmente põe um ponto final quanto à possibilidade do consumidor em ingressar com execução individual oriunda de ação coletiva em seu domicílio.

Portanto, a liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença coletiva não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo.

V - DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

Esta ação pode receber como parâmetro de correção, planilhas de cálculos com valores atualizados para conhecimento deste r. juízo, no sentido de chegar-se ao *quantum* devido pelo executado.

Para tanto, a exequente junta os extratos bancários para comprovação de suas cadernetas de poupança existentes à época do Plano Verão, demonstrando a existência de saldo para apuração dos valores a serem corrigidos.

Com vistas a proceder à liquidação de sentença, em conformidade com a determinação do I. Magistrado, os exequentes apresentam as planilhas de cálculos visando apurar o *quantum debeatur*, tendo direito a receber, consoante demonstrativos de cálculos em anexo, os seguintes valores:

NOME - MARIA JOSE OTTONI
CONTA 1 - 110028706-7 - VALOR - NCz\$ 1.000,00

VALOR TOTAL R\$ 16.687,61(dezesseis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos)

VI - DO RITO PROCEDIMENTAL

A presente ação de cumprimento de sentença, na forma do art. 475-N do Código de Processo Civil e do art. 97 do Código de Defesa do Consumidor, visa a liquidação incidental da sentença proferida em sede de ação civil pública para fins de execução.

Assim, apurado o *quantum debeatur* por meio do incidente processual de liquidação e, devidamente citado, o executado deixar de efetuar o pagamento imediato da obrigação, impõe-se a aplicação da multa do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

VII - DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DEVIDO

Nos termos da certidão de objeto e pé acostada a presente, restou previsto na r. sentença da ação civil pública supra mencionada (nº 16798/98), a condenação do Banco réu ao pagamento de honorários advocatícios no montante de 10%, sobre o valor da condenação, senão vejamos:

“Em razão da sucumbência, arcará a ré com as despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa”

Posto isto, em consonância com a r. sentença proferida nos autos da ação civil pública em comento, intentada pelo IDEC face ao Banco do Brasil S.A, patente é o direito a fixação de verbas honorárias na presente execução, consubstanciado na condenação imposta ao agente financeiro, ao pagamento no montante de 10% sobre o valor da condenação.

VII - DO PEDIDO

Diante do exposto, a exequente requer:

a) o recebimento do presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, haja vista a obrigação do Banco do Brasil S/A, em cumprir integralmente a condenação;

b) determine a CITAÇÃO POR CARTA do Banco réu, no endereço informado inicialmente, nos termos do artigo 221, inciso I, c.c. artigo 222, ambos do Código de Processo Civil, para que cumpra os termos da sentença proferida em sede de ação civil pública, acrescido de juros contratuais, juros de mora, correção monetária até o efetivo pagamento, despesas processuais e demais cominações legais;

c) após apurado o *quantum debeatur* e, devidamente citado, o executado deixar de efetuar pagamento imediato da obrigação, requer-se a aplicação da multa do art. 475-J do Código de Processo Civil, sobre o valor total do débito e expedição de mandado de penhora e avaliação para expropriação de bens em nome do executado, suficientes para a garantia do pagamento da execução e seus acréscimos legais, prosseguindo-se o presente procedimento, até final satisfação total do apontado débito;

d) seja o executado condenado ao pagamento dos honorários advocatícios no montante de 10% sobre o valor da condenação, conforme ficou determinado na decisão da ação civil pública em comento (certidão de objeto e pé anexo);

e) seja o executado condenado ainda ao pagamento das custas processuais e demais despesas, bem como sejam arbitrados, por este r. Juízo, honorários advocatícios a serem incluídos nos valores executados;

f) caso não haja pagamento, nos termos do artigo 655-A, do Código de Processo Civil, seja feita a penhora “**on line**” através do sistema **BACEN/JUD**;

Outrossim, requer-se o pedido de justiça gratuita ou que eventuais custas serão recolhidas quando da satisfação da execução, conforme determina o art. 4º, inciso III e §1º da Lei nº 11.608/2003, c/c Artigo 87 caput, da Lei nº 8.078/1990.

Provar-se-á o alegado através dos documentos em anexo, protestando pelas demais provas em direito admitidas.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 16.687,61(dezesseis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos)**.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

Três Lagoas- MS, 24 de outubro de 2013

WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR
OAB/MS -16.726-A

ROSEMARY LUCIENE RIAL PARDO DE BARROS
OAB/MS 7560-A e OAB/SP 92061

PROCURAÇÃO

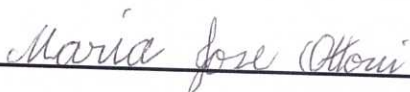
QUALIFICAÇÃO DO OUTORGANTE:

MARIA JOSÉ OTTONI, brasileira, pecuarista, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 001.190.843 SSP/MS e inscrita no CPF/MF sob nº 480.687.301-25, residente e domiciliada na Rua Olívia Garcia Dias, nº 1566, Jardim Flamboiant, Três Lagoas/MS com CEP 79.630-410.

Nomeia e constitui seu procurador, doravante denominado **OUTORGADO**:

Dr. **ANTÔNIO TEBET JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MS sob nº 5.182, **ROSEMARY LUCIENE RIAL PARDO DE BARROS**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/MS sob o nº 7.560-A e OAB/SP sob o nº 92061 e **WALDIR SERRA MARZABAL JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 45.784 e na OAB/MS sob o nº 16.726-A, todos com escritório profissional situado na Rua Monir Thomé, nº 210, bairro Centro, Três Lagoas/MS, com CEP 79600-060, Fone/Fax (067) 3522-3544, conferindo os mais amplos **PODERES** das cláusulas *ad judicium et extra*, para o foro em geral, além dos especiais para transigir, desistir, formular ou firmar acordos ou compromissos; pagar; receber, dar recibo e quitação; requerer, formular e assinar pedido de benefício de assistência judiciária gratuita; substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes; bem como promover ou acompanhar procedimentos judiciais e administrativos em qualquer Instância ou Tribunal, agindo em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação, como se presente(s) a esses atos estivesse(m) o(s) mandante(s), dando tudo por bom, firme e valioso, e, especialmente, para promover **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** em desfavor do BANCO DO BRASIL, perante o Juízo Competente.

TRÊS LAGOAS/MS, 28 de outubro de 2013.



MARIA JOSÉ OTTONI



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.190.843 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/set/2005

NOME Maria José Ottoni

FILIAÇÃO Pedro Luiz Pereira e Tereza Pereira

NATURALIDADE Água Clara-MS DATA DE NASCIMENTO 12/fev/1943

DOC. ORIGEM C C 48 L 03 F 359 Água Clara-MS

CPF 480687301-25

GAUDÊNCIO BARBISTA NETO
DELEGADO DE POLÍCIA
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83
INTERPRINT LTDA



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. AP

305-727785151-0

HORA DE 17:19:07

01/NOV/2013

TERM 002047

LOT. 07.14661-6
LOCALIDADE: TRÊS LAGOAS
AG. VINCULADA: 0563

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 30/01/2014
VALOR DO PAGAMENTO: 645,12

2379007301 61021007663
4105200001 3 59590000064512

305-727785151-0

VIA DO CLIENTE

RECIBO DO SACADO

07663 41052.000001 3 59590000064512

Cedente	Vencimento
100-8	NA APRESENTAÇÃO
Processamento	Nosso Número
3	10210076641-7
	(=) Valor do Documento
	645,12
Auto-atendimento,	(-) Desconto
	(-) Outras Deduções/Abatimento
	(+) Mora/Multa/Juros
	(+) Outros Acréscimos
	(+) Valor Cobrado
	645,12
Guia: 021.0076641-09	
Código da Baixa	
Autenticação Mecânica	

FICHA DE CAIXA

BRADESCO | 237-2 | 23790.07301 61021.007663 41052.000001 3 59590000064512

Cedente				Agência/Código Cedente	Vencimento
FUNJECC/TRÊS LAGOAS				73-6/520000-8	NA APRESENTAÇÃO
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
01/11/2013		GRJ	N	01/11/2013	10210076641-7
Nº da Conta/Respo.	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	06	R\$			645,12
Instruções:					(-) Desconto
1) Devolver 2 vias autenticadas; 2) Pagamento: agências bancárias, caixas de auto-atendimento,					(-) Outras Deduções/Abatimento
Valor da ação: R\$16.687,61					(+) Mora/Multa/Juros
Classe: Execução de Título Extrajudicial					(+) Outros Acréscimos
					(+) Valor Cobrado
					645,12
Sacado:					Guia: 021.0076641-09
MARIA JOSE OTTONI					
Sacador/Avalista:					Código da Baixa
					Autenticação Mecânica

```

***** BANCO DO BRASIL S.A. - POUpanCA-DURO *****CPR782*
* 0208-9 TRES LAGOS MS SETEX 01-9 006047 FL. 8172 *
* DATA PROCESSAMENTO - 04/07/89 DIA BASE - 03 *
* CONTA 110.028.706-7 NOME - MARIA JOSE OTTONI *
*-----*
* DATA HISTORICO * VALOR * SALDO *
*-----*
* 31/12/88 SDO.ANTERIOR * * 1.000,00 *
* 03/02/89 REAJ.MON. BC * 223,59 * 1.223,59 *
* 03/02/89 JUROS * 6,11 * 1.229,70 *
* 03/02/89 AVISO DEBITO * 229,70 * 1.000,00 *
* 03/03/89 REAJ.MON. BC * 183,53 * 1.183,53 *
* 03/03/89 JUROS * 5,91 * 1.189,44 *
* 03/03/89 AVISO DEBITO * 189,44 * 1.000,00 *
* 03/04/89 REAJ.MON. BC * 198,14 * 1.198,14 *
* 03/04/89 JUROS * 5,99 * 1.204,13 *
* 03/04/89 AVISO DEBITO * 404,13 * 800,00 *
* 05/05/89 REAJ.MON. BC * 87,70 * 887,70 *
*****

```


CÁLCULO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DA POUPANÇA - PLANO VERÃO

Cliente:	MARIA JOSE OTTONI		
Banco:	Banco do Brasil		
Conta n°:	110028706-7		
Data base:	3		
Saldo base em 01/89:	NCz\$	1.000,00	

Diferença apurada nas correções em %

Correção Devida:	42,7200%
Correção Paga:	22,3590%

Correção paga em Fevereiro de 1989

Saldo:		NCz\$	1.000,00
Correção:	22,3590%	NCz\$	223,59
Juros	0,5000%	NCz\$	6,12
Saldo:		NCz\$	1.229,71

Correção devida em Fevereiro de 1989

Saldo:		NCz\$	1.000,00
Correção:	42,7200%	NCz\$	427,20
Juros	0,5000%	NCz\$	7,14
Saldo:		NCz\$	1.434,34

Diferença apurada nas correções em valores

Saldo Devido		NCz\$	1.434,34
Saldo Pago		NCz\$	1.229,71
Diferença apurada		NCz\$	204,63

Diferença corrigida - Tabela Depre

	R\$	5.204,56
--	------------	-----------------

A diferença acima encontrada foi atualizada pelos índices de Variação aplicados na Tabela Prática de Atualização Monetária do Tribunal de Justiça - DEPRE com os juros de 0,50 % a.m. (cálculos mensais ao final discriminados)

Juros Moratórios	Meses	Percentual	Juros	Total
Citação: 03.06.1993				
até dez/2002	114	0,50%	57,00%	2.966,60
após jan/2003	129	1,00%	129,00%	6.713,88
			R\$	9.680,48

Total Devido (dif. corrigida + juros moratórios)	R\$	14.885,04
---	------------	------------------

Honorários Advocatícios	10,00%	R\$	1.488,50
-------------------------	--------	------------	-----------------

Multa 475-J	0,00%	R\$	-
-------------	-------	------------	---

Despesas Distribuição	1,00%	R\$	148,85
-----------------------	-------	------------	---------------

Despesas Execução	1,00%	R\$	165,22
-------------------	-------	------------	---------------

TOTAL FINAL	R\$	16.687,61
--------------------	------------	------------------

CORREÇÃO MONETÁRIA PELA DEPRE MAIS 0,50% AO MÊS

Saldo Inicial					204,63
DATA	ÍNDICE	VARIAÇÃO	CORREÇÃO	JUROS	SALDO CORRIGIDO
fev/89	8,805824				204,63
mar/89	9,698734	10,1400%	20,75	1,13	226,50

abr/89	10,289386	6,0900%	13,79	1,20	241,50
mai/89	11,041540	7,3100%	17,65	1,30	260,45
jun/89	12,139069	9,9400%	25,89	1,43	287,77
jul/89	15,153199	24,8300%	71,45	1,80	361,02
ago/89	19,511259	28,7600%	103,83	2,32	467,17
set/89	25,235862	29,3400%	137,07	3,02	607,26
out/89	34,308154	35,9500%	218,31	4,13	829,70
nov/89	47,214881	37,6200%	312,13	5,71	1.147,54
dez/89	66,771284	41,4200%	475,31	8,11	1.630,97
jan/90	102,527306	53,5500%	873,38	12,52	2.516,87
fev/90	160,055377	56,1100%	1.412,22	19,65	3.948,74
mar/90	276,543680	72,7800%	2.873,89	34,11	6.856,74
abr/90	509,725310	84,3200%	5.781,60	63,19	12.701,54
mai/90	738,082248	44,8000%	5.690,29	91,96	18.483,78
jun/90	796,169320	7,8700%	1.454,67	99,69	20.038,15
jul/90	872,203490	9,5500%	1.913,64	109,76	22.061,55
ago/90	984,892180	12,9200%	2.850,35	124,56	25.036,46
set/90	1.103,374709	12,0300%	3.011,89	140,24	28.188,59
out/90	1.244,165321	12,7600%	3.596,86	158,93	31.944,38
nov/90	1.420,836796	14,2000%	4.536,10	182,40	36.662,89
dez/90	1.642,203168	15,5800%	5.712,08	211,87	42.586,84
jan/91	1.942,726347	18,3000%	7.793,39	251,90	50.632,13
fev/91	2.329,523162	19,9100%	10.080,86	303,56	61.016,55
mar/91	2.838,989877	21,8700%	13.344,32	371,80	74.732,68
abr/91	3.173,706783	11,7900%	8.810,98	417,72	83.961,38
mai/91	3.332,709492	5,0100%	4.206,47	440,84	88.608,68
jun/91	3.555,334486	6,6800%	5.919,06	472,64	95.000,38
jul/91	3.940,377210	10,8300%	10.288,54	526,44	105.815,37
ago/91	4.418,739003	12,1400%	12.845,99	593,31	119.254,66
set/91	5.108,946035	15,6200%	18.627,58	689,41	138.571,65
out/91	5.906,963405	15,6200%	21.644,89	801,08	161.017,63
nov/91	7.152,151290	21,0800%	33.942,52	974,80	195.934,94
dez/91	9.046,040951	26,4800%	51.883,57	1.239,09	249.057,61
jan/92	11.230,659840	24,1500%	60.147,41	1.546,03	310.751,05
fev/92	14.141,646870	25,9200%	80.546,67	1.956,49	393.254,21
mar/92	17.603,522023	24,4800%	96.268,63	2.447,61	491.970,45
abr/92	21.409,403484	21,6200%	106.364,01	2.991,67	601.326,13
mai/92	25.871,123170	20,8400%	125.316,37	3.633,21	730.275,71
jun/92	32.209,548346	24,5000%	178.917,55	4.545,97	913.739,23
jul/92	38.925,239176	20,8500%	190.514,63	5.521,27	1.109.775,13
ago/92	47.519,931986	22,0800%	245.038,35	6.774,07	1.361.587,54
set/92	58.154,892764	22,3800%	304.723,29	8.331,55	1.674.642,39
out/92	72.100,436048	23,9800%	401.579,24	10.381,11	2.086.602,74
nov/92	90.897,019725	26,0700%	543.977,33	13.152,90	2.643.732,97
dez/92	111.703,347540	22,8900%	605.150,48	16.244,42	3.265.127,87
jan/93	140.277,063840	25,5800%	835.219,71	20.501,74	4.120.849,31
fev/93	180.634,775106	28,7700%	1.185.568,35	26.532,09	5.332.949,75
mar/93	225.414,135854	24,7900%	1.322.038,24	33.274,94	6.688.262,93
abr/93	287.583,354522	27,5800%	1.844.622,92	42.664,43	8.575.550,28
mai/93	369.170,752199	28,3700%	2.432.883,61	55.042,17	11.063.476,07
jun/93	468.034,679637	26,7800%	2.962.798,89	70.131,37	14.096.406,33
jul/93	610.176,811842	30,3700%	4.281.078,60	91.887,42	18.469.372,36
ago/93	799,392641	31,0100%	5.727,35	120,98	24.317,71
set/93	1.065,910147	33,3400%	8.107,52	162,13	32.587,36
out/93	1.445,693932	35,6300%	11.610,88	220,99	44.419,23
nov/93	1.938,964701	34,1200%	15.155,84	297,88	59.872,94
dez/93	2.636,991993	36,0000%	21.554,26	407,14	81.834,33
jan/94	3.631,929071	37,7300%	30.876,09	563,55	113.273,98
fev/94	5.132,642163	41,3200%	46.804,81	800,39	160.879,18

mar/94	7.214,955088	40,5700%	65.268,69	1.130,74	227.278,61
abr/94	10.323,157739	43,0800%	97.911,62	1.625,95	326.816,19
mai/94	14.747,663145	42,8600%	140.073,42	2.334,45	469.224,05
jun/94	21.049,339606	42,7300%	200.499,44	3.348,62	673.072,11
jul/94	11,346741	48,2400%	118,07	1,81	364,64
ago/94	12,036622	6,0800%	22,17	1,93	388,74
set/94	12,693821	5,4600%	21,23	2,05	412,02
out/94	12,885497	1,5100%	6,22	2,09	420,33
nov/94	13,125167	1,8600%	7,82	2,14	430,29
dez/94	13,554359	3,2700%	14,07	2,22	446,58
jan/95	13,851199	2,1900%	9,78	2,28	458,64
fev/95	14,082514	1,6700%	7,66	2,33	468,63
mar/95	14,221930	0,9900%	4,64	2,37	475,64
abr/95	14,422459	1,4100%	6,71	2,41	484,76
mai/95	14,699370	1,9200%	9,31	2,47	496,53
jun/95	15,077143	2,5700%	12,76	2,55	511,84
jul/95	15,351547	1,8200%	9,32	2,61	523,76
ago/95	15,729195	2,4600%	12,88	2,68	539,33
set/95	15,889632	1,0200%	5,50	2,72	547,56
out/95	16,075540	1,1700%	6,41	2,77	556,73
nov/95	16,300597	1,4000%	7,79	2,82	567,35
dez/95	16,546736	1,5100%	8,57	2,88	578,79
jan/96	16,819757	1,6500%	9,55	2,94	591,29
fev/96	17,065325	1,4600%	8,63	3,00	602,92
mar/96	17,186488	0,7100%	4,28	3,04	610,24
abr/96	17,236328	0,2900%	1,77	3,06	615,07
mai/96	17,396625	0,9300%	5,72	3,10	623,89
jun/96	17,619301	1,2800%	7,99	3,16	635,03
jul/96	17,853637	1,3300%	8,45	3,22	646,70
ago/96	18,067880	1,2000%	7,76	3,27	657,73
set/96	18,158219	0,5000%	3,29	3,31	664,32
out/96	18,161850	0,0200%	0,13	3,32	667,78
nov/96	18,230865	0,3800%	2,54	3,35	673,67
dez/96	18,292849	0,3400%	2,29	3,38	679,34
jan/97	18,353215	0,3300%	2,24	3,41	684,99
fev/97	18,501876	0,8100%	5,55	3,45	693,99
mar/97	18,585134	0,4500%	3,12	3,49	700,60
abr/97	18,711512	0,6800%	4,76	3,53	708,89
mai/97	18,823781	0,6000%	4,25	3,57	716,71
jun/97	18,844487	0,1100%	0,79	3,59	721,08
jul/97	18,910442	0,3500%	2,52	3,62	727,23
ago/97	18,944480	0,1800%	1,31	3,64	732,18
set/97	18,938796	-0,0300%	0,22	3,66	735,62
out/97	18,957734	0,1000%	0,74	3,68	740,03
nov/97	19,012711	0,2900%	2,15	3,71	745,89
dez/97	19,041230	0,1500%	1,12	3,74	750,75
jan/98	19,149765	0,5700%	4,28	3,78	758,80
fev/98	19,312538	0,8500%	6,45	3,83	769,08
mar/98	19,416825	0,5400%	4,15	3,87	777,09
abr/98	19,511967	0,4900%	3,81	3,90	784,81
mai/98	19,599770	0,4500%	3,53	3,94	792,28
jun/98	19,740888	0,7200%	5,70	3,99	801,97
jul/98	19,770499	0,1500%	1,20	4,02	807,19
ago/98	19,715141	-0,2800%	2,26	4,02	808,96
set/98	19,618536	-0,4900%	3,96	4,02	809,02
out/98	19,557718	-0,3100%	2,51	4,03	810,54
nov/98	19,579231	0,1100%	0,89	4,06	815,49
dez/98	19,543988	-0,1800%	1,47	4,07	818,09
jan/99	19,626072	0,4200%	3,44	4,11	825,64

fev/99	19,753641	0,6500%	5,37	4,16	835,16
mar/99	20,008462	1,2900%	10,77	4,23	850,16
abr/99	20,264570	1,2800%	10,88	4,31	865,35
mai/99	20,359813	0,4700%	4,07	4,35	873,76
jun/99	20,369992	0,0500%	0,44	4,37	878,57
jul/99	20,384250	0,0700%	0,61	4,40	883,58
ago/99	20,535093	0,7400%	6,54	4,45	894,57
set/99	20,648036	0,5500%	4,92	4,50	903,99
out/99	20,728563	0,3900%	3,53	4,54	912,05
nov/99	20,927557	0,9600%	8,76	4,60	925,41
dez/99	21,124276	0,9400%	8,70	4,67	938,78
jan/00	21,280595	0,7400%	6,95	4,73	950,46
fev/00	21,410406	0,6100%	5,80	4,78	961,04
mar/00	21,421111	0,0500%	0,48	4,81	966,33
abr/00	21,448958	0,1300%	1,26	4,84	972,42
mai/00	21,468262	0,0900%	0,88	4,87	978,16
jun/00	21,457527	-0,0500%	0,49	4,89	982,56
jul/00	21,521899	0,3000%	2,95	4,93	990,44
ago/00	21,821053	1,3900%	13,77	5,02	1.009,22
set/00	22,085087	1,2100%	12,21	5,11	1.026,54
out/00	22,180052	0,4300%	4,41	5,15	1.036,11
nov/00	22,215540	0,1600%	1,66	5,19	1.042,96
dez/00	22,279965	0,2900%	3,02	5,23	1.051,21
jan/01	22,402504	0,5500%	5,78	5,28	1.062,28
fev/01	22,575003	0,7700%	8,18	5,35	1.075,81
mar/01	22,685620	0,4900%	5,27	5,41	1.086,49
abr/01	22,794510	0,4800%	5,22	5,46	1.097,16
mai/01	22,985983	0,8400%	9,22	5,53	1.111,91
jun/01	23,117003	0,5700%	6,34	5,59	1.123,84
jul/01	23,255705	0,6000%	6,74	5,65	1.136,23
ago/01	23,513843	1,1100%	12,61	5,74	1.154,59
set/01	23,699602	0,7900%	9,12	5,82	1.169,53
out/01	23,803880	0,4400%	5,15	5,87	1.180,55
nov/01	24,027636	0,9400%	11,10	5,96	1.197,61
dez/01	24,337592	1,2900%	15,45	6,07	1.219,12
jan/02	24,517690	0,7400%	9,02	6,14	1.234,28
fev/02	24,780029	1,0700%	13,21	6,24	1.253,73
mar/02	24,856847	0,3100%	3,89	6,29	1.263,90
abr/02	25,010959	0,6200%	7,84	6,36	1.278,10
mai/02	25,181033	0,6800%	8,69	6,43	1.293,22
jun/02	25,203695	0,0900%	1,16	6,47	1.300,86
jul/02	25,357437	0,6100%	7,94	6,54	1.315,34
ago/02	25,649047	1,1500%	15,13	6,65	1.337,11
set/02	25,869628	0,8600%	11,50	6,74	1.355,36
out/02	26,084345	0,8300%	11,25	6,83	1.373,44
nov/02	26,493869	1,5700%	21,56	6,98	1.401,98
dez/02	27,392011	3,3900%	47,53	7,25	1.456,75
jan/03	28,131595	2,7000%	39,33	7,48	1.503,56
fev/03	28,826445	2,4700%	37,14	7,70	1.548,41
mar/03	29,247311	1,4600%	22,61	7,86	1.578,87
abr/03	29,647999	1,3700%	21,63	8,00	1.608,50
mai/03	30,057141	1,3800%	22,20	8,15	1.638,85
jun/03	30,354706	0,9900%	16,22	8,28	1.663,35
jul/03	30,336493	-0,0600%	1,00	8,31	1.670,66
ago/03	30,348627	0,0400%	0,67	8,36	1.679,69
set/03	30,403254	0,1800%	3,02	8,41	1.691,13
out/03	30,652560	0,8200%	13,87	8,52	1.713,52
nov/03	30,772104	0,3900%	6,68	8,60	1.728,80
dez/03	30,885960	0,3700%	6,40	8,68	1.743,87

jan/04	31,052744	0,5400%	9,42	8,77	1.762,06
fev/04	31,310481	0,8300%	14,63	8,88	1.785,57
mar/04	31,432591	0,3900%	6,96	8,96	1.801,49
abr/04	31,611756	0,5700%	10,27	9,06	1.820,82
mai/04	31,741364	0,4100%	7,47	9,14	1.837,43
jun/04	31,868329	0,4000%	7,35	9,22	1.854,00
jul/04	32,027670	0,5000%	9,27	9,32	1.872,59
ago/04	32,261471	0,7300%	13,67	9,43	1.895,69
set/04	32,422778	0,5000%	9,48	9,53	1.914,69
out/04	32,477896	0,1700%	3,25	9,59	1.927,54
nov/04	32,533108	0,1700%	3,28	9,65	1.940,47
dez/04	32,676253	0,4400%	8,54	9,75	1.958,75
jan/05	32,957268	0,8600%	16,85	9,88	1.985,47
fev/05	33,145124	0,5700%	11,32	9,98	2.006,77
mar/05	33,290962	0,4400%	8,83	10,08	2.025,68
abr/05	33,533986	0,7300%	14,79	10,20	2.050,67
mai/05	33,839145	0,9100%	18,66	10,35	2.079,68
jun/05	34,076019	0,7000%	14,56	10,47	2.104,71
jul/05	34,038535	-0,1100%	2,32	10,51	2.112,91
ago/05	34,048746	0,0300%	0,63	10,57	2.124,11
set/05	34,048746	0,0000%	-	10,62	2.134,73
out/05	34,099819	0,1500%	3,20	10,69	2.148,62
nov/05	34,297597	0,5800%	12,46	10,81	2.171,89
dez/05	34,482804	0,5400%	11,73	10,92	2.194,53
jan/06	34,620735	0,4000%	8,78	11,02	2.214,33
fev/06	34,752293	0,3800%	8,41	11,11	2.233,86
mar/06	34,832223	0,2300%	5,14	11,19	2.250,19
abr/06	34,926270	0,2700%	6,08	11,28	2.267,55
mai/06	34,968181	0,1200%	2,72	11,35	2.281,62
jun/06	35,013639	0,1300%	2,97	11,42	2.296,01
jul/06	34,989129	-0,0700%	1,61	11,47	2.305,87
ago/06	35,027617	0,1100%	2,54	11,54	2.319,95
set/06	35,020611	-0,0200%	0,46	11,60	2.331,08
out/06	35,076643	0,1600%	3,73	11,67	2.346,49
nov/06	35,227472	0,4300%	10,09	11,78	2.368,36
dez/06	35,375427	0,4200%	9,95	11,89	2.390,20
jan/07	35,594754	0,6200%	14,82	12,03	2.417,04
fev/07	35,769168	0,4900%	11,84	12,14	2.441,03
mar/07	35,919398	0,4200%	10,25	12,26	2.463,54
abr/07	36,077443	0,4400%	10,84	12,37	2.486,75
mai/07	36,171244	0,2600%	6,47	12,47	2.505,68
jun/07	36,265289	0,2600%	6,51	12,56	2.524,76
jul/07	36,377711	0,3100%	7,83	12,66	2.545,25
ago/07	36,494119	0,3200%	8,14	12,77	2.566,16
set/07	36,709434	0,5900%	15,14	12,91	2.594,21
out/07	36,801207	0,2500%	6,49	13,00	2.613,70
nov/07	36,911610	0,3000%	7,84	13,11	2.634,64
dez/07	37,070329	0,4300%	11,33	13,23	2.659,20
jan/08	37,429911	0,9700%	25,79	13,42	2.698,42
fev/08	37,688177	0,6900%	18,62	13,59	2.730,63
mar/08	37,869080	0,4800%	13,11	13,72	2.757,45
abr/08	38,062212	0,5100%	14,06	13,86	2.785,37
mai/08	38,305810	0,6400%	17,83	14,02	2.817,22
jun/08	38,673545	0,9600%	27,05	14,22	2.858,48
jul/08	39,025474	0,9100%	26,01	14,42	2.898,92
ago/08	39,251821	0,5800%	16,81	14,58	2.930,31
set/08	39,334249	0,2100%	6,15	14,68	2.951,14
out/08	39,393250	0,1500%	4,43	14,78	2.970,35
nov/08	39,590216	0,5000%	14,85	14,93	3.000,13

dez/08	39,740658	0,3800%	11,40	15,06	3.026,59
jan/09	39,855905	0,2900%	8,78	15,18	3.050,54
fev/09	40,110982	0,6400%	19,52	15,35	3.085,41
mar/09	40,235326	0,3100%	9,56	15,47	3.110,45
abr/09	40,315796	0,2000%	6,22	15,58	3.132,26
mai/09	40,537532	0,5500%	17,23	15,75	3.165,23
jun/09	40,780757	0,6000%	18,99	15,92	3.200,14
jul/09	40,952036	0,4200%	13,44	16,07	3.229,65
ago/09	41,046225	0,2300%	7,43	16,19	3.253,27
set/09	41,079061	0,0800%	2,60	16,28	3.272,15
out/09	41,144787	0,1600%	5,24	16,39	3.293,77
nov/09	41,243534	0,2400%	7,91	16,51	3.318,18
dez/09	41,396135	0,3700%	12,28	16,65	3.347,11
jan/10	41,495485	0,2400%	8,03	16,78	3.371,92
fev/10	41,860645	0,8800%	29,67	17,01	3.418,60
mar/10	42,153669	0,7000%	23,93	17,21	3.459,75
abr/10	42,452960	0,7100%	24,56	17,42	3.501,73
mai/10	42,762866	0,7300%	25,56	17,64	3.544,93
jun/10	42,946746	0,4300%	15,24	17,80	3.577,97
jul/10	42,899504	-0,1100%	3,94	17,87	3.591,91
ago/10	42,869474	-0,0700%	2,51	17,95	3.607,34
set/10	42,839465	-0,0700%	2,53	18,02	3.622,84
out/10	43,070798	0,5400%	19,56	18,21	3.660,62
nov/10	43,467049	0,9200%	33,68	18,47	3.712,76
dez/10	43,914759	1,0300%	38,24	18,76	3.769,76
jan/11	44,178247	0,6000%	22,62	18,96	3.811,34
fev/11	44,593522	0,9400%	35,83	19,24	3.866,40
mar/11	44,834327	0,5400%	20,88	19,44	3.906,72
abr/11	45,130233	0,6600%	25,78	19,66	3.952,17
mai/11	45,455170	0,7200%	28,46	19,90	4.000,52
jun/11	45,714264	0,5700%	22,80	20,12	4.043,44
jul/11	45,814835	0,2200%	8,90	20,26	4.072,60
ago/11	45,814835	0,0000%	-	20,36	4.092,96
set/11	46,007257	0,4200%	17,19	20,55	4.130,71
out/11	46,214289	0,4500%	18,59	20,75	4.170,04
nov/11	46,362174	0,3200%	13,34	20,92	4.204,30
dez/11	46,626438	0,5700%	23,96	21,14	4.249,41
jan/12	46,864232	0,5100%	21,67	21,36	4.292,43
fev/12	47,103239	0,5100%	21,89	21,57	4.335,90
mar/12	47,286941	0,3900%	16,91	21,76	4.374,57
abr/12	47,372057	0,1800%	7,87	21,91	4.404,36
mai/12	47,675238	0,6400%	28,19	22,16	4.454,71
jun/12	47,937451	0,5500%	24,50	22,40	4.501,61
jul/12	48,062088	0,2600%	11,70	22,57	4.535,88
ago/12	48,268754	0,4300%	19,50	22,78	4.578,16
set/12	48,485963	0,4500%	20,60	22,99	4.621,75
out/12	48,791424	0,6300%	29,12	23,25	4.674,12
nov/12	49,137843	0,7100%	33,19	23,54	4.730,85
dez/12	49,403187	0,5400%	25,55	23,78	4.780,17
jan/13	49,768770	0,7400%	35,37	24,08	4.839,63
fev/13	50,226642	0,9200%	44,52	24,42	4.908,57
mar/13	50,487820	0,5200%	25,52	24,67	4.958,77
abr/13	50,790746	0,6000%	29,75	24,94	5.013,46
mai/13	51,090411	0,5900%	29,58	25,22	5.068,26
jun/13	51,269227	0,3500%	17,74	25,43	5.111,42
jul/13	51,412780	0,2800%	14,31	25,63	5.151,37
ago/13	51,345943	-0,1300%	6,70	25,72	5.170,39
set/13	51,428096	0,1600%	8,27	25,89	5.204,56

TOTAL ATUALIZADO	5.204,56
-------------------------	-----------------

Critérios de Atualização:

Juros de Mora à partir da citação: 03/06/1993
Taxa de Juros de Mora até 12/2002: 6,00% ao ano (0,50% ao mês).
Taxa de Juros de Mora após 01/2003: 12,00% ao ano (1,00% ao mês).
Atualização pelos índices de variação aplicado pela Tabela DEPRE, com juros remuneratórios de 0.50% a.m

Atualizado até: 10/09/2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZ DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL

320 S
1438
92
Tribunal de Justiça
Circunscrição Especial

Distribuição n.º 16.798-9/98

SENTENÇA

Vistos, etc.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, devidamente identificado na inicial, propôs AÇÃO CIVIL PÚBLICA contra BANCO DO BRASIL S/A, igualmente individualizada na peça de ingresso, ao argumento de que grande número de aplicadores em caderneta de poupança mantinha contrato com a ré quando adveio o chamado "Plano Verão", em 16/01/89, e a instituição não corrigiu os valores depositados nas contas com ela mantidas, no mês de fevereiro daquele ano, deixando de aplicar o índice de 71,13% (setenta e um e treze décimos percentuais), atinente à inflação e juros contratuais.

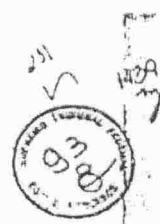
Acresce, que a ré, desrespeitando a avença celebrada por ocasião das aberturas das respectivas contas de poupança, onde era previsto que os valores ali depositados seriam corrigidos pelos índices inflacionários, acrescidos de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, naquele período citado, creditou tão-somente 22,97% (vinte e dois inteiros e noventa e sete décimos percentuais), o que provocou prejuízo aos seus poupadores, da ordem de 48,16% (quarenta e oito inteiros e dezesseis décimos percentuais).

Supremo Tribunal Federal
A presente foi controlada nos autos originais

Classificação e a
de Processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL



Argumenta, que a aplicação do Índice Inflacionário Integral foi considerada pelas instituições financeiras, quando ocorreu o reajuste das prestações "da casa própria"; pelas empresas, quando reajustaram os salários de seus empregados; e, por fim, pela Justiça, onde foi "chancelado" idêntico entendimento.

Após anotar diversos dispositivos legais, trechos de doutrina e jurisprudência que entende atinentes à espécie, busca demonstrar o cabimento da presente ação, sua legitimidade e, igualmente, a da instituição financeira ré.

Com os demais requerimentos de estilo, pugna pelo julgamento de procedência para condenar a ré, de forma genérica, a incluir o índice de 48,16% (quarenta e oito inteiros e dezesseis décimos percentuais) no cálculo do reajuste dos valores depositados nas contas de poupança com ela mantidas em janeiro de 1989, tudo a ser apurado em liquidação de sentença.

Junta as peças de fls. 32/79.

Anoto, por oportuno, que a ação fora ajuizada em 1993, ante o Juízo de Direito da 19ª Vara Cível de São Paulo, onde determinou-se a extinção da ré, que ocorreu às fls. 91, vindo a contestação de fls. 99/122.

Naquela, preliminarmente, a ré pede o indeferimento da inicial, visto que a presente ação não se presta à defesa de interesses individuais heterogêneos; argói a incompetência absoluta da Justiça Comum, vez que necessária a intervenção da União e do Banco Central; ainda, a inépcia da inicial, posto que não fora especificada a abrangência do resultado da demanda; a impossibilidade jurídica do pedido, visto que a ré limitou-se a adotar os índices determinados pelo Governo Federal, especificados em lei, não podendo ser compelida a agir de forma diversa; ilegitimidade ativa, porque não é aplicável ao caso dos autos o Código de

Supremo Tribunal Federal
A presente cópia é extraída dos autos originais

Classificação e
Arquivamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL

3
212
194
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Circunscrição Especial Judiciária de Brasília
Juízo de Direito da Décima Segunda Vara Cível

Defesa do Consumidor, à falta de qualquer relação de consumo; ilegitimidade passiva, vez que o Banco Central do Brasil é o responsável pela normatização financeira, tendo a requerida cumprido as determinações dele emanadas; e, por último, denuncia à fide o Banco Central, alegando o disposto no art. 70, Inciso III, do CPC.

Quanto ao mérito, em resumo, diz que não procede o pleito autoral, tendo em vista que os índices aplicados para correção dos valores depositados nas contas de poupança, no período objeto da demanda, foram aqueles oficialmente divulgados, observando-se estritamente o disposto na legislação de regência. Afirma, também, que não havia previsão de correção pelo IPC, mas sim pelas OTNs, podendo o Conselho Monetário Nacional substituí-las, valendo dizer que o contrato entre a ré e os poupadores prevê a aplicação dos índices oficiais para a correção dos valores depositados, o que fora observado criteriosamente. Faz anotações jurisprudenciais acerca do tema e, por fim, reportando-se à hipótese de eventual procedência, busca demonstrar que do valor da condenação deverão ser compensados aqueles pagos a maior nos meses de fevereiro a junho daquele ano, conforme tabela que apresenta.

Após, pede o acolhimento das preliminares para a extinção do processo sem apreciação do mérito; o julgamento de improcedência, ultrapassadas as preliminares; ou, a compensação dos valores pagos em demasia, como acima explicitado.

Junta os documentos de fls. 123/136.

Manifestação da parte autora às fls. 138/150, acompanhada do documento de fls. 151/157.

Propôs que fora ofertada exceção de incompetência do juízo, onde restou acolhida.

Supremo Tribunal Federal

A processar e a julgar em virtude das partes originais

Arquivado
Classificação e
Processos



PODERA JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL



esposada pelo autor, tendo o processo sido remetido a esta Vara e aqui recebido em 12.03.97, como demonstram as peças de fls. 162/164.

Parecer do Ministério Público, fls. 173/177, entendendo ser necessária a intervenção do Banco Central no presente feito, sobre o qual não manifestou-se a parte autora, mesmo intimada para o fim, tendo a requerida anuído àquela pleito, fls. 175.

Nova manifestação ministerial, fls. 181/183, buscando demonstrar que o litisconsórcio, se houvesse, seria facultativo, motivo porque pugna pelo prosseguimento do feito.

Comparecimento do Banco Central ao processo, fls. 188/190, para dizer não ser parte legítima na demanda, acrescentando não ter qualquer interesse na mesma.

Decisão proferida às fls. 191, no sentido de determinar a remessa dos autos à Justiça Federal. Lá chegando, nova decisão, fls. 195/199, foram restituídos, ao fundamento de não existir interesse da União e do Banco Central na demanda.

Facultada a especificação de provas, somente a ré compareceu para postular o julgamento antecipado, fls. 202.

Após, foram os autos ao Ministério Público, que ofereceu o parecer de fls. 205/228, onde entende que o julgamento deve ser de procedência.

Vieram-me os autos conclusos para sentença.

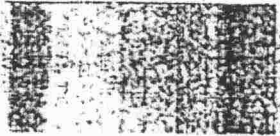
É o relatório. DECIDO.

Comporta o feito o julgamento antecipado, posto que desnecessária a dilação probatória, nos exatos termos do art. 330, inciso I, do CPC.

Superior Tribunal Federal

A presente cópia foi extraída dos autos originais

[Handwritten signature]
T. Tormena
Classificação e
Arquivamento





PODERA JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL

5
154 1942
96
CÁMARA DE RECURSOS

Antes de enfrentar o mérito da demanda, forçoso apreciar as diversas preliminares argüidas pela requerida, o que faço conjuntamente, posto estarem intrinsecamente ligadas.

Com a inicial, a pessoa jurídica autora demonstrou ser uma associação legitimamente constituída há prazo superior ao mínimo exigido pela legislação de regência, tendo entre suas finalidades a defesa do consumidor. Os documentos por ela apresentados, credenciam-na como tal.

O que pretende a autora é ver aplicado determinado índice em contas de poupança mantidas por inúmeras pessoas nos estabelecimentos da ré. Assim, não merece guarida a alegação de que a matéria deva ter tratamento exclusivo no campo obrigacional. A pretensão é equivocada, visto que a relação entre a instituição financeira e os seus correntistas há de ser tida de consumo e apreciada sob a égide do Código de Defesa do Consumidor. Logo, é no diploma especial que deve ser dirimida a questão.

Nesse contexto, forçoso anotar que dispõe o Código do Consumidor acerca da defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores, tendo-a como pertinente em relação aos interesses e direitos difusos, interesses ou direitos coletivos e interesses ou direitos individuais homogêneos, estes últimos considerados aqueles decorrentes de origem comum, nos exatos termos do seu art. 81, inciso III. Por igual, o art. 82, daquele texto legal, elenca os legitimados para a propositura das ações atinentes, estando o as associações inseridas no seu inciso IV.

Comentando os dispositivos acima destacado, o professor Kazuo Watanabe, assim manifestou-se:

“origem comum” não significa, necessariamente, unidade factual e temporal. As vítimas de uma publicidade

Supremo Tribunal Federal
A presente cópia foi extraída dos autos originais

Classificação e
do Processo





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL



enganosa veiculada por vários órgãos de imprensa e em repetidos dias ou de um produto nocivo à saúde adquiridos por vários consumidores num largo espaço de tempo e em várias regiões terra, como causa de seus danos, fatos com homogeneidade tal que os tornam a 'origem comum' de todos eles." (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, comentado pelos autores do projeto, editora Forense Universitária, 4ª edição, página 506)

Assim, no caso dos autos, verifica-se que a ré celebrou, com diversos consumidores, contratos típicos de adesão, atinentes à abertura de conta de poupança, sendo que em determinado período mudou a forma de cálculos dos rendimentos devidos, fato que alcançou todos aqueles com os quais havia contratado. Dal exurgem os alegados danos aos consumidores, tomando inequívoca a origem comum.

Dessa forma, tem-se que o contrato fora celebrado diretamente com a instituição ré e contra ela é que deve ser dirigida a demanda, resultando na sua patente legitimidade passiva.

No que respeita à suposta impossibilidade jurídica do pedido, não evidencia-se nos autos. Como já assinalado, trata-se de ação onde postula-se a aplicação de determinado índice inflacionário aos reajustes dos saídos aplicados em conta de poupança, mantidas sob vínculo contratual.

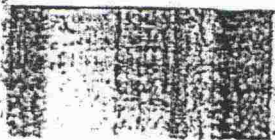
A pretensão trazida na exordial é perfeitamente deduzível ante o ordenamento jurídico, considerando-se a alegada quebra do contrato. Se essa houve e é devida, ou não, a aplicação postulada, a matéria deverá ser discutida em sede de mérito, não havendo falar na aventada impossibilidade jurídica.



Supremo Tribunal Federal

A recepção do processo de entrada dos autos efetuada em [data]

[Assinatura]
[Cargo]





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL



Quanto a denunciação à lide e a incompetência absoluta da Justiça Comum, já houve decisão irreversível, como verifica-se às fls. 195/200, não havendo possibilidade de ser reapreciada a matéria, neste momento processual. Ali, está patente a competência da Justiça Comum e a falta de legitimidade para figurarem na demanda a União e o Banco Central.

Igualmente, tenho por amedada a questão da inépcia da inicial, posto não ter sido delimitada a "abrangência" da ação. É que uma vez acolhida a tese esposada na exceção de incompetência, remetendo-se os autos para a Justiça do Distrito Federal, considerou-se o âmbito nacional da demanda, como aliás, menciona Ada Pellegrini Grinover, ao comentar o art. 93, do CDC, na obra acima destacada, fls. 551/552, *verbis*:

"...Mas, sendo o dano de âmbito nacional, a competência territorial será sempre do Distrito Federal: isso para facilitar o acesso à Justiça e o próprio exercício do direito de defesa por parte do réu..."

Fica portanto, extinta de dúvidas a abrangência nacional e o efeito *erga omnes*.

Em face do exposto, rejeito as preliminares argüidas. Passo ao estudo do mérito, assim.

Trata-se de Ação Civil Pública onde a entidade autora postula a condenação da requerida ao pagamento da correção de 48,16% (quarenta e oito inteiros e dezesseis décimos percentuais) aos consumidores que com ela mantinham contrato atinente a conta de poupança, no mês de Janeiro de 1989 objeto de expurgo em face do nominado "Plano Verão".

A manutenção de contrato e a não aplicação do índice, buscapê, restaram incontroversos nos

Supremo Tribunal Federal
A presente é a cópia autêntica das atas originais

Assinatura
Carimbo e
de Protocolo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL



autos, visto que, nesse particular não houve qualquer contestação. Ao contrário, alega a ré que realizou os cálculos atinentes àquelas contas, sem a inclusão do Índice citado, nos exatos termos da legislação e ordens do Poder Público atinentes à espécie.

O ponto de controvérsia gira, então, em torno da legalidade do expurgo praticado.

A matéria posta, foi objeto de várias ações movidas contra instituições financeiras por todo o Brasil, no período de 1990 a 1994, sendo que a presente tivera ajuizamento em 1993 e, devido a "deslocamentos" de competência, somente agora veio apta ao recebimento de sentença.

Divergências doutrinárias e jurisprudenciais envolveram o tema. No entanto o e. Superior Tribunal de Justiça firmou posição no sentido de ser inaplicável o art. 17, inciso I, da Lei nº 7.730/89, aos saldos existentes em caderneta de poupança cujo período aquisitivo iniciou-se antes da edição da Medida Provisória nº 32, prevalecendo o acolhimento da tese do "direito adquirido".

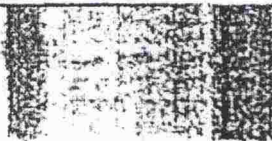
Igualmente, o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Vejamos:

"CADERNETA DE POUPANÇA. ÍNDICE DEVIDO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PLANO VERÃO. ÍNDICE INTEGRAL DEVIDO.

É a instituição financeira parte legítima passiva ad causam em ação em que se reclama aplicação do índice integral da correção monetária subtraído por força de plano econômico, uma vez que o contrato de poupança com esta instituição é que se encontra assinado. A relação jurídica, no plano econômico, estabelece-se entre o poupador e o banco financeiro, sendo a ela abrangidos estes

Supremo Tribunal Federal
A presente cópia foi extraída dos autos originais

Assinado eletronicamente no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Assinatura: *[Assinatura]*
Data: 14/09/2017 14:45:33





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUIZADO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL



federais encarregados da normatização do setor. É devida a aplicação do índice de inflação referente a janeiro de 1989 sobre as cadernetas de poupança iniciadas ou renovadas no período compreendido entre 1º e 15 desse mês, não se lhe aplicando o disposto no art. 17, inc. I, da Lei nº 7.730, de 31.04.89." (APC 33.018/DF, 1ª Turma Cível, relator Des. JOSÉ HILÁRIO DE VASCONCELOS)

"CADERNETA DE POUPANÇA, LEI 7.730/89. LEGITIMIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PRIVADA.
I - É parte legítima para figurar no polo passivo a instituição privada que celebrou o contrato obrigacional relativo à caderneta de poupança, não sendo partes nesta relação jurídica a União Federal e o Banco Central do Brasil.
II - Nos termos da jurisprudência cristalizada do E. STJ, "É inaplicável o art. 17, I, da Lei nº 7.730/89 aos saldos em caderneta de poupança cujo período aquisitivo se iniciou antes da edição da Medida Provisória nº 32" (APC 34.989/DF, 1ª Turma Cível, relator Des. JOSÉ HILÁRIO DE VASCONCELOS)

Assim, de todo evidente que a Medida Provisória nº 32, editada em meados do mês de janeiro de 1989, não tem o condão de incidir na fórmula de cálculo da correção das cadernetas de poupança anteriormente existentes. Nessas, o poupador e a instituição financeira celebraram contrato que há de ser preservado. Não trata-se de mera expectativa de direito, mas sim de direito adquirido, visto que as regras fixadas para manutenção do mesmo foram aceitas pelas partes no momento do ajuste.

Vale destacar trecho do voto proferido pelo Ministro SALVIO DE FIGUEIREDO, no



Supremo Tribunal Federal
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Circunscrição Especial Judiciária de Brasília
Juízo de Direito da Décima Segunda Vara Cível





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL

10



Julgamento do Resp. 43.055-SP, citado por Sua Excelência o relator do segundo acórdão acima destacado. *Verbis*:

"Não se desconhece que houve efetivo período que restou desconsiderado quando da alteração do indexador oficial, de OTN para BTN, circunstância que inclusive veio a ser reconhecida em diplomas legais posteriormente editados, com v.g. Leis 7799/89 e 7919/89.

Assim, tendo havido desvalorização da moeda não computada na variação dos preços dos títulos de dívida pública (OTN e BTN), impunha-se, com efeito, a adoção de critério que permitisse a upuração monetária do referido período para incluí-la nos casos em que prevista ou exigível atualização com base nos chamados índices oficiais.

A correção monetária, consoante assente neste Tribunal, não é acréscimo, constituindo imperativos econômicos, ético e jurídicos, destinada a manter o equilíbrio das relações e evitar o enriquecimento sem causa, razão por que sua incidência independe de lei específica autorizativa.

Inocorreu, portanto, a alegada vulneração dos arts. 2º, LICC e 15 da Lei 7730/89, afigurando-se inenunciável o acórdão recorrido ao determinar a inclusão do IPC do período como fator de atualização, até porque referido índice é que servia, àquela época, para cálculo da variação das OTNs e, depois, das BTNs."

Outro também não é o entendimento esposado pelo *Parquet* local. Ao manifestar-se a respeito da matéria, a *l. representante* do Ministério Público, Dra. Marien Cristina Gadelma trouxe fundamentado parecer no

Supremo Tribunal Federal
A presidente do Conselho dos autos originais



Coordenador de Comunicação e
Relações Institucionais





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL



sentido de acolhimento do pleito exordial, fls. 205/228, assim ementado:

"CORREÇÃO MONETÁRIA - INTERVENÇÃO NA ECONOMIA - PLANO VERÃO - LEI 7730/89:

1. A relação jurídica decorrente de contrato de depósito em caderneta de poupança estabelece-se entre o poupador e o agente financeiro, sendo a ela estranhos estes federais encarregados da normatização do setor. Legitimidade passiva ad causam da instituição financeira (STJ/Resp. 9201/92);
2. As atividades de natureza bancária são expressamente consideradas espécie de serviço dentre as relações de consumo (CDC, art 3º, § 2º). Havendo inadimplimento contratual cabe ao banco proceder à reparação, independentemente de o fato ter ocorrido em razão de normas advindas do governo federal (Ap. 526.175-2/TJSP);
3. Se a correção das cadelnetas se faria, segundo o contrato, pelas OTN ou outro índice oficial - e todos eles têm como base o IPC - a alteração para outro qualquer, como veio dispor a Lei 7730/89, virá ofender o ato jurídico perfeito que já se formara e se completara (Ap. 504.029-1/TJSP);
4. Parecer pela PROCEDÊNCIA da ação, com a prolação de Sentença Genérica prevista no artigo 95 do CDC, a produzir efeitos 'erga omnes' (artigo 16 da LACP c/c art. 103, III CDC)."

Nesse contexto, tenho por devida a incidência do índice expurgado dos cálculos, quanto a todos os poupadores que mantinham conta poupança com a instituição ré no período em comento, ou seja, entre o dia primeiro de janeiro e a publicação da medida provisória multicitada.



Supremo Tribunal Federal
A processo em fls. 205 e 228 das autos originais.

Procurador
C. Cassiano de
C. Cassiano de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA
JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL

No que respeita ao pedido de compensação de valores eventualmente pagos a maior pela instituição financeira e aqueles com os quais havia contratado a manutenção de poupança, nos meses posteriores àquele objeto dos autos, tenho que a matéria não há de ser deduzida neste processo, dado aos limites da lide posta. Se eventual correção indevida houve por parte da ré, há de ser postulada em autos próprios.)

Pelo exposto, julgo procedente o pedido inaugural para condenar a ré, de forma genérica, observado o art. 95, do Código do Consumidor, a incluir o índice de 48,16% (quarenta e oito inteiros e dezesseis décimos percentuais) no cálculo do reajuste dos valores depositados nas contas de poupança com ela mantidas em janeiro de 1989, até o advento da Medida Provisória nº 32, tudo a ser apurado em liquidação de sentença.

Em razão da sucumbência, arcará a ré com as despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

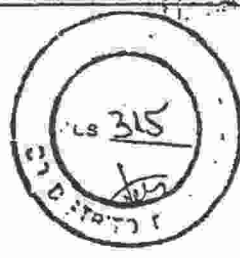
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de novembro de 1998.

AGNALDO SIQUEIRA LIMA
Juiz de Direito Substituto



Atestado de autenticidade das assinaturas
Assinatura do Juiz Substituto: Agnaldo Siqueira Lima
Assinatura do Escrivão: [Assinatura]
Data: 06/11/1998



TJDFT / SEJU / SEREST
DATA: 11/02/2000 REGISTRO Nº.: 122.182
RUBRICA:.....2



Órgão : Primeira Turma Cível
Classe : APC - APELAÇÃO CÍVEL
Num. Processo : 1998 01 1 016798-9
Apelante : BANCO DO BRASIL S/A
Apelado : IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
Relator : Desembargador JOÃO MARIOSA
Revisor : Desembargador VALTER XAVIER

RE 375709

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - CORREÇÃO MONETÁRIA -
CADERNETA DE POUPANÇA - PLANO VERÃO -
ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO:
IMPOSSIBILIDADE - DIREITO ADQUIRIDO - NÃO-
PROVIMENTO DO RECURSO.

Quando iniciada ou renovada caderneta de poupança,
norma posterior que altere o índice de correção incidente sobre
tal modalidade de investimento não pode retroagir para alcançá-
la, conforme precedentes do STJ. (RESP. 18035/RS, 4ª Turma).

Acórdão

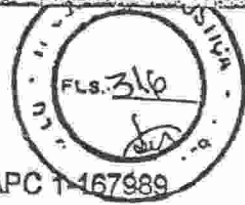
Acordam os Desembargadores da Primeira
Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios,
JOÃO MARIOSA - Relator, VALTER XAVIER - Revisor e EDUARDO DE MORAES
OLIVEIRA - Vogal, sob a presidência do Desembargador EDUARDO DE
MORAES OLIVEIRA, em CONHECER E IMPROVER, UNÂNIME, de acordo com a
ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 29 de novembro de 1999.

Desembargador EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA

Desembargador JOÃO MARIOSA
Relator

Altides Nunes de Jesus Filho
Chefe de S. Remessa



RELATÓRIO

Adoto o relatório de fls. 299/301, que transcrevo:

"Cuidam os autos de Ação Civil Pública ajuizada pelo Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC em desfavor do Banco do Brasil S/A, visando a reposição aos poupadores das perdas determinadas pelo expurgo do índice de 71,13%, pactuado para o rendimento das cadernetas de poupança no mês de fevereiro de 1989, após a edição da Medida Provisória nº 32/89, que instituiu o denominado "Plano Verão".

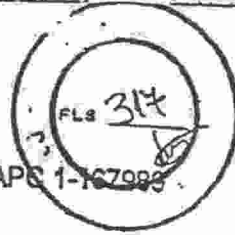
A ação teve sua origem no foro da cidade de São Paulo, sendo remetido para o Distrito Federal, onde após tramitar equivocadamente pela Justiça Federal, retornou a este foro.

O feito foi julgado antecipadamente, por não comportar dilação probatória, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, condenado-se o banco-réu ao pagamento do percentual de 48,16%, após deduzido o percentual de 22,97%, índice utilizado como remuneração da poupança no mês de fevereiro de 1989.

Inconformado, o réu ingressou com Recurso de Apelação, pleiteando a reforma da sentença, deduzindo, em síntese, as preliminares de inaplicabilidade da lei de defesa do consumidor, tendo em vista sua vigência ser posterior aos fatos narrados na demanda; ilegitimidade ativa e ausência de interesse de agir, consagrando o entendimento de que o investidor de caderneta de poupança não pode ser considerado consumidor, não sendo portanto legítima a representação judicial da autora, nem cabível na ação civil pública, porque os interesses individuais homogêneos não são decorrentes de relação de consumo; por último, a ilegitimidade passiva da sentença, ao argumento de que sua atuação foi normalizada pelo Conselho Monetário

RE 375709

Alfides Naves de Jesus Filho
Chefe da S. Remessa



RE 375709

Nacional, cabendo a este, através da União Federal, a responsabilidade pelos danos causados aos poupadores, com restrição dos efeitos da sentença aos limites da competência territorial, conforme a interpretação do artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública.

No mérito, reafirmou os argumentos expendidos em sua contestação, salientando ter agido com estrita legalidade, em cumprimento às normas editadas pela Medida Provisória nº 32/89, não se cogitando de lesão a direito adquirido, posto que as normas de direito econômico, de ordem pública são de aplicação imediata, alcançando inclusive os contratos em curso.

Em Contra-Razões, aduziu a autora que a ação proposta é legalmente cabível, sendo inquestionável que lei de ordem pública, como é o caso das normas processuais do artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor, têm aplicação imediata. Diz ainda, que a relação de consumo entre o apelante e seus clientes está plenamente caracterizada, inclusive com os lucros que auferi, decorrendo dessa relação a legitimação da autora, como terceiro, nos termos do artigo 129 da Constituição Federal. E quanto à preliminar de ilegitimidade passiva, afirmou que a vinculação da apelante com seus clientes resulta de contrato, que é lei entre as partes, não havendo possibilidade de isentar o banco-réu da responsabilidade pelas perdas, mormente diante dos generosos lucros obtidos com o dinheiro dos poupadores.

No mérito, refutou a prescrição suscitada pelo apelante, nos termos do artigo 168, inciso IV, do Código Civil, afirmando que a ruptura contratual resultou da pretensão do réu em atribuir efeito retroativo à lei, desrespeitando os índices previstos para os rendimentos da caderneta de poupança. Reafirmou, ainda, que a sentença é de âmbito nacional, uma vez que é inviável a propositura da ação no foro da cidade de São Paulo.

Supremo Tribunal Federal
cópia foi extraída dos autos originais
Altides Nunes de Jesus Filho
Chefe de S. Reprografia

Este documento foi processado e assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR. Para mais informações, acesse o endereço eletrônico do TJMS: <http://www.tjms.jus.br>, ou ligue para o número 0800-670-8702. 3.8.20.1002.12.0602lge 0406160EE594D.



- Banco é sociedade anônima, com fins lucrativos, que tem sua atividade como sendo de comércio. (Art. 119. Código Comercial)
- presente a relação jurídica de direito material decorrente do contrato de depósito, qualquer das partes que entenda violadas as regras da contratação, para vê-la examinada, tem o direito de estabelecer a relação jurídica de direito processual".

Acrescente-se que as preliminares arguídas pela Apelante já foram rejeitadas, por diversas vezes, conforme as decisões que transcrevo:

RE 375709

*RECURSO ESPECIAL N. 9.198 - PARANÁ (REG. 910004934-4)

RELATOR: O EXMO. SENHOR MINISTRO WALDEMAR ZVEITER

RECORRENTE: RUBENS LOUREIRO

RECORRIDO : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A

ADVOGADOS: ROMEU SACCANI E OUTROS E MARGARIDA ADÉLIA

GULYAS DEINZE E OUTROS E MARIA ANGÉLICA C. F. DE SOUSA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - LEGITIMIDADE PASSIVA - CONTRATO DE MÚTUO (POUPANÇA) - AGENTE FINANCEIRO - BANCO CENTRAL

I - Na relação jurídica material (contrato de mútuo - poupança) são partes para figurar nos pólos da relação processual as mesmas que se constituem como titulares no contrato, numa dessas posições se coloca o Banco (agente financeiro) quando participe do avançado, ~~excluído~~ ~~do~~ ~~liame~~ ~~o~~ ~~Banco~~ ~~Central~~ ~~que~~, ~~com~~ ~~o~~ ~~seu~~ ~~nome~~ ~~no~~ ~~contrato~~, é mero agente

Atides Nunci do Jesus Filho
Chefe de S. Reprografia



de normas financeiras disciplinadoras ou regulamentadoras do mercado de capitais.

II - Recurso conhecido e provido.*

"SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RECURSO ESPECIAL N. 8.064 – PARANÁ – Terceira Turma, V.u.:

"É o banco parte legítima para a causa, porquanto o contrato de depósito o vincula ao depositante. Recurso Especial conhecido pelo dissídio e provido."

Indubitável, pois, a legitimidade passiva do banco-apelante. Aliás, depois de convocar o consumidor através de maciça propaganda para aderir a um contrato que ele, banco, elaborou, engendrou e prometeu cumprir, seria mesmo, além de antijurídico, até imoral, pensar-se na exclusão do ora apelante do polo passivo.

Ademais, se a ré realmente não tivesse legitimidade passiva "ad causam" como alega, deveria usar o instituto da "nomeação à autoria" e não o instituto da denúncia à lide.

A não utilização deste instituto demonstra a insegurança do argumento de ilegitimidade passiva, pois supondo a ocorrência de denúncia à lide a retro afirmação de ilegitimidade torna-se ineficaz, uma vez que para que seja cabível o pedido de denúncia, faz-se necessário o denunciado ser considerado parte legítima.

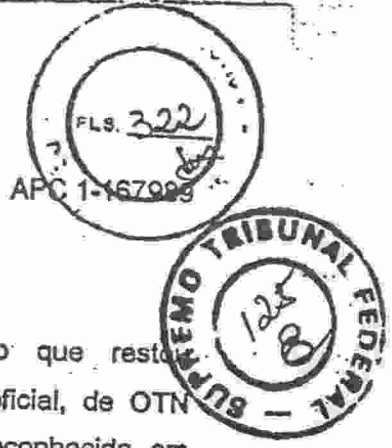
Por outro lado, a Apelante igualmente não provou que a sua relação jurídica com a União e/ou BACEN se subsumia ao tipo tipificado prevista no artigo 70, Inciso III, do Código de Processo Civil.

Ora, não basta arguir a possível ação agressiva, uma vez que é requisito "sine qua non" para a denúncia o defeito enquadramento à moldura

RE 375709

cópia foi extraída dos autos originais

Atides Nunes do Jesus Filho
Chefe da S. Reprografia



RE 375709

"Não se desconhece que houve efetivo período que restou desconsiderado quando da alteração do indexador oficial, de OTN para BTN, circunstância que inclusive veio a ser reconhecida em diplomas legais posteriormente editados, com v.g., Leis 7799/89 e 7989/89.

Assim, tendo havido desvalorização da moeda não computada na variação dos preços dos títulos da dívida pública (OTN e BTN), impunha-se, com efeito, a adoção de critério que permitisse a apuração monetária do referido período para incluí-la nos casos em que prevista ou exigível atualização com base nos chamados índices oficiais.

A correção monetária, consoante assente neste Tribunal, não é acréscimo, constituindo imperativos econômicos, ético e jurídico, destinada a manter o equilíbrio das relações e evitar o enriquecimento sem causa, razão por que sua incidência independe de lei específica autorizativa.

Inocorreu, portanto, a alegada vulneração dos arts. 2º, LICC e 15 da Lei 7730/89, afigurando-se incensurável o acórdão recorrido ao determinar a inclusão do IPC do período como fator de atualização, até porque referido índice é que servia, àquela época, para cálculo da variação das OTNs e, depois, das BTNs."

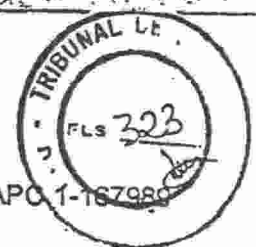
Outro tanto não é o entendimento esposado pelo Parquet local. Ao manifestar-se sobre a matéria, a i. representante do Ministério Público, Dra. Marien Gadelha, trouxe fundamentado parecer no sentido de acolhimento do pleito exordial, fls. 205/228, assim ementado:

Supremo Tribunal Federal
cópia foi entregue dos autos originais.

Júdes Nunes de Jesus Filho
Chefe da S. Remessa



fls. 126
Este documento foi pastado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR.
Baixado em: 04/08/2019 às 14:02:12. URL: http://www.tjms.jus.br/portal/inf/infomoes.asp?cid=126&id=126&id=126



RE 375709

"CORREÇÃO MONETÁRIA – INTERVENÇÃO NA ECONOMIA – PLANO VERÃO – LEI 7730/89:

1. A relação jurídica decorrente de contrato de depósito em caderneta de poupança estabelece-se em caderneta de poupança estabelece-se entre o poupador e o agente financeiro, sendo a ela estranhos entes federais encarregados da normatização do setor. Legitimidade passiva *ad causam* da instituição financeira (STJ/Resp. 9201/92);
2. As atividades de natureza bancária são expressamente consideradas espécie de serviço dentre as relações de consumo (CDC, art. 3º, § 2º). Havendo inadimplemento contratual cabe ao banco proceder à reparação, independentemente de o fato ter ocorrido em razão de normas advindas do governo federal (Ap. 526.175-2/TJSP);
3. Se a correção das cadernetas se faria, segundo o contrato, pelas OTN ou outro índice oficial – e todos eles têm como base o IPC – a alteração para outra qualquer, como veio dispor a Lei 7730/89, virá ofender o ato jurídico perfeito que já se formara e se completara (Ap. 504.029-1/TJSP);
4. Parecer pela PROCEDÊNCIA da ação, com a prolação de Sentença Genérica prevista no artigo 95 do CDC, a produzir efeitos "erga omnes" (artigo 16 da LACP c/c art. 103, III CDC)."

Nesse contexto, tenho por devida a incidência do índice expurgado dos cálculos, quanto a todos os poupadores que mantinham conta poupança com a instituição ré no período em comento, ou seja, entre o dia primeiro de janeiro de 1989 e a publicação da medida provisória multicitada.

Supremo Tribunal Federal
Esta cópia foi extraída dos autos originais

Atides Nunes de Jesus Filho
Chefe da S. Reprograma



No que respeita ao pedido de compensação de valores eventualmente pagos a maior pela Instituição financeira e aqueles com os quais havia contratado a manutenção de poupança, nos meses posteriores àquele objeto dos autos, tenho que a matéria não há de ser deduzida neste processo, dado aos limites da lide posta. Se eventual correção indevida houve por parte da ré, há de ser postulada em autos próprios."

Conclui-se que, quando iniciada ou renovada caderneta de poupança, norma posterior que altere o Índice de correção incidente sobre tal modalidade de investimento não pode retroagir para alcançá-la.

Com efeito, a lei não pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Desta forma, a sua vigência, sob o ponto de vista constitucional, depende do respeito a tais pressupostos básicos.

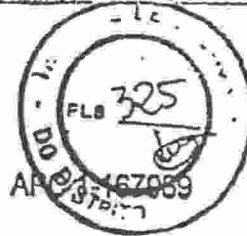
A Medida Provisória nº 32/89, editada em 15 de janeiro de 1989, em virtude da expressa vedação da Lei Maior, não teria força jurídica bastante para prejudicar os contratos até então existentes, porquanto se legisla para o futuro, não para o passado, sendo defeso quando resultem em prejuízos para os cidadãos.

Confirmam-se, a propósito, os julgados do Superior Tribunal de Justiça, que ora transcrevo:

"CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. "PLANO VERÃO". AS CADERNETAS DE POUPANÇA INICIADAS E RENOVADAS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 15 DE JANEIRO DE 1989 NÃO SE APLICA O DISPOSTO NO ART. 17, INCISO I, DA LEI N. 7.730, DE 31.01.89, PRECEDENTES NO STJ. RECURSO

Esta cópia foi extraída dos autos originais

Altides Nunes de Jesus Filho
Chefe de S. Reprograma



Este documento foi processado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR. Para mais informações, acesse o endereço eletrônico: www.tjms.jus.br. Arquivo: 04661602E594D.

RE 375709

ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E IMPROVIDO". (REsp 18035/RS, 4ª Turma, Relator Min. Athos Carneiro)

"DIREITO ECONÔMICO. CADERNETA DE POUPANÇA. ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. JANEIRO/1989. DIREITO ADQUIRIDO. NORMA DE ORDEM PÚBLICA INTERESSE COLETIVO. SÚMULA STJ, VERBETE 83. RECURSO DESACOLHIDO.

I - Iniciada ou renovada caderneta de poupança, norma posterior que altere o índice de correção incidente sobre tal modalidade de investimento não pode retroagir para alcançá-la. Tendo incidência imediata e dispondo para o futuro, não afeta as situações já constituídas.

II - O critério de atualização estabelecido quando da abertura ou renovação automática, das cadernetas de poupança, para vigorar durante o período mensal seguinte, passa a ser, a partir de então, direito adquirido do poupador".

Ante o exposto, nego provimento ao apelo, para manter a sentença em seus próprios fundamentos.

É como voto.

O Senhor Desembargador VALTER XAVIER – Revisor

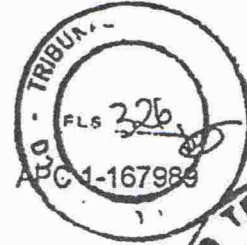
Senhor Presidente,

Conheço do apelo que satisfeitos os pressupostos de sua admissibilidade,

Diz o Ministério Público que o Conselho Monetário Nacional haveria de integrar o feito, na qualidade de discussor passivo necessário. Como se sabe, o Conselho Monetário Nacional não tem personalidade jurídica.

Atides Nunes do Jesus Filho
Chefe de S. Reprografia

fls. 129
Este documento foi passado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR. Torna-se, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR. Este documento foi passado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR. Torna-se, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR.



RE 375709

constituindo-se em um dos inúmeros órgãos da União. A decisão irrecorrida de fls. 19 afirma a inexistência de interesse jurídico do BACEN ou da União na presente demanda, tornando supérfluo o debate proposto. REJEITO a preliminar.

No mais, irrelevante o fato de o Código do Consumidor ser posterior à alegada violação de direito. Consoante resta pacífico nos autos, assenta-se a pretensão em normativo próprio, dispensando a utilização das regras especiais em destaque. E que as instituições financeiras realizam atividade de consumo constitui tema mais que superado nos dias atuais, havendo, inclusive, dispositivo legal expresso reconhecendo tal circunstância.

Diante do exposto, fazendo minhas as lúcidas ponderações do eminente relator, NEGÓ PROVIMENTO ao apelo.

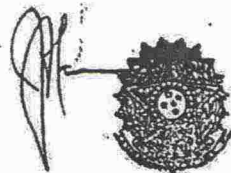
É o meu voto.

O Senhor Desembargador **EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA** - Vogal

Com a Turma.


DECISÃO

Conhecida e improvida. Unânime.



Supremo Tribunal Federal

Esta cópia foi extraída dos autos originais


Altides Nunes do Jesus Filho
Chefe da S. Reprografia



TJDFT / SEJU / SEREST

DATA: 04/04/2000
RUBRICA:.....

REGISTRO Nº.: 24.319



Órgão : Primeira Turma Cível
Classe : EMDAPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL
Num. Processo : 1998 01 1 016798-9
Embargante : BANCO DO BRASIL S/A
Embargado : IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
Relator : Desembargador JOÃO MARIOSA

RE 37570-9

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE VÍCIOS - REJEIÇÃO.

O cabimento dos embargos de declaração se condiciona à existência dos vícios catalogados no art. 535 do CPC, ainda que destinados a prequestionamento, não se prestando ao rejuízo da causa.

Embargos rejeitados.

Acórdão

Acordam os Desembargadores da Primeira Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO MARIOSA - RELATOR, EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA - Vogal e VALTER XAVIER - Vogal, sob a presidência do Desembargador EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA, em CONHECER E NÃO PROVER. UNÂNIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

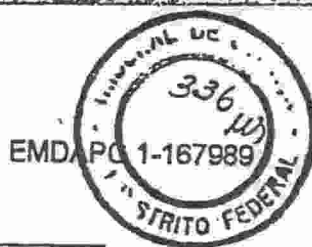
Brasília (DF), 13 de março de 2000.

Desembargador EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA
Presidente

Desembargador JOÃO MARIOSA
Relator

Alides Nunes de Jesus Filho
Chefe da S. Reprografia

fls. 03
Este documento foi processado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR. Baixado por: [falsas]@mgs.gov.br em 22/02/2023 às 12:00:12. O documento original encontra-se no sistema de arquivos do TJMS. Para obter o original, acesse o endereço eletrônico: www.tjms.jus.br



RELATÓRIO

O BANCO DO BRASIL S/A, devidamente qualificada, opôs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ao v. acórdão proferido no julgamento da Apelação Cível n. 16.798-9, alegando o seguinte:

RE 375709

1. Inicialmente, o Embargante pede vênia para ponderar que *"os embargos declaratórios não consubstanciam crítica ao officio Judicante, mas servem-lhe ao aprimoramento. Ao apreciá-los, o órgão deve fazê-lo com espírito de compreensão, atentando para o fato de consubstanciarem verdadeira contribuição da parte em prol do devido processo legal"* (STF-2ª Turma, AI 163.047-5-PR-AgRg-EDel, rel. Min. Marco Aurélio, j. 18.12.95, receberam os embargos, v.u., DJU 8.3.96, p. 6.223).
2. O IDEC ajuizou ação civil pública, buscando a condenação do ora Embargante à reposição, aos detentores de cadernetas de poupança, das perdas decorrentes do expurgo do índice de 71,13% relativo ao mês de fevereiro de 1989, por ocasião do chamado "Plano Verão".
3. A r. sentença adotou o entendimento de que, no caso concreto, *"a relação entre a instituição financeira e os seus correntistas há de ser tida de consumo e apreciada sob a égide do Código de Defesa do Consumidor Logo, é no diploma especial que deve ser dirimida a questão. No mérito, deu provimento ao pedido.*
4. Em sua apelação, o ora Embargante suscitou diversas preliminares, dentre as quais a posterioridade do Código do Consumidor aos fatos objeto da lide, a inércia e a inatividade do IDEC; e, no mérito, a necessidade de se reduzir o índice fixado na sentença para 42,72%, conforme posição já pacificada no STJ, bem como restringir os efeitos da sentença ao âmbito da competência territorial do órgão prolator.

Márcio Nunes de Jesus Filho
Chefe da S. Reprografia

TRIBUNAL DE
338
EMDAR 1-167989
D.O. RE

TRIBUNAL FEDERAL
139
8

civil pública para a defesa de interesses individuais homogêneos, como argumentou o Embargante em sua apelação.

9. Além disso, se não se está a aplicar o CDC ao presente processo, não há que se reconhecer a legitimidade ativa do IDEC, já que, segundo o art. 1º de seu estatuto, seus representados são os consumidores, cuja conceituação se encontra fixada no Código de Defesa do Consumidor.

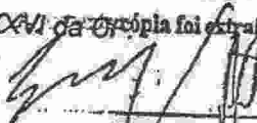
RE 375709

10. Do exposto, extrai-se a existência de flagrante contradição no v. acórdão, pois se não está a aplicar o CDC no exame e julgamento do caso concreto, não poderia, então, acolher a legitimidade ativa do IDEC, que estaria agindo em defesa de consumidores, como também, não poderia permitir a via da ação civil pública para a defesa de interesses individuais homogêneos, o que só é possível, quando decorrentes de relação de consumo.

11. Da mesma forma, no mérito, o v. acórdão adotou integralmente a fundamentação da sentença recorrida, que expressamente asseverou estar apreciando o feito sob a égide do Código de Defesa Consumidor.

12. O Embargante pede vênias para salientar que o julgamento do processo à luz da lei nova viola frontalmente o art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. Nesse sentido, os julgados abaixo colacionados:

"CONTRATO. Aplicação retroativa do Código de Defesa do Consumidor à averbação celebrada antes de sua entrada em vigor. - Inadmissibilidade da inteligência do art. 5º, caput e XXXVI da CF. Cópia foi extraída dos autos originais


Alides Nunes de Jesus Filho
Chefe da S. Reprografia

RE 375709



- 1. Não se admite a aplicação retroativa da Lei 8.078/90 para abranger atos jurídicos já aperfeiçoados antes de sua entrada em vigor.
 - 2. Tanto não admite a Constituição Federal, ao assegurar como parte dos direitos e das garantias fundamentais, em cláusula de impossível desconconsideração, que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
 - 3. Não se trata, apenas, de garantia contida em texto de lei ordinária, que se pudesse dizer incompatível com os elevados propósitos do Código do Consumidor, mas de texto Constitucional, contra o qual nenhuma lei ou ordenamento inferior pode prevalecer."
- (TJSP, 13ª C.Cível, AC nº 236.925-2/5, j. 21.06.94, RT 711/114-116)

"CONTRATO. Avença ajustada anteriormente à promulgação da Lei 8078/90 -Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor - Consagração do princípio da irretroatividade da lei prevista no art. 5º, XXXVI, da CF.

Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor, promulgado em 11.9.90, com entrada em vigor em 12.3.1991, nos contratos celebrados anteriormente à sua vigência. A Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXVI, consagra o princípio da irretroatividade, segundo o qual "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", e ademais importa seja a lei de ordem pública, como o código de defesa do consumidor, editado com finalidade essencialmente protetiva do consumidor, pois a regra constitucional não distingue entre leis de ordem pública e leis comuns."

Artides Nunes do Jesus Filho
 Chefe da S. Reprografia

fls. 3
 Este documento foi passado em digital e assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR.
 Baixado por: [nome não legível] em 21/06/2023 às 10:02:12. O arquivo original possui o nome: [nome não legível].



EMDAPC 167089
DISTRITO 1

(TJSP, 11ª C.Cível, AC nº 218.909-2/D, j. 16.12.93, v.u., RT 706/82-84)

RE 375709

13. Com respeitosa vênia, verifica-se também a ocorrência de omissão no v. acórdão, haja vista que não se manifestou sobre o pedido de redução do percentual do IPC adotado pela r. sentença, de 71,13%, quando já resta pacificado no âmbito do Colendo Superior Tribunal da Justiça que percentual correto seria de 42,72%.

14. Igualmente, não houve manifestação do v. acórdão quanto ao pedido de restrição do alcance da sentença ao âmbito da competência territorial do órgão prolator.

15. Em sua peça recursal, o ora Embargante salientou que o art. 16, da Lei da Ação Civil Pública, com a redação dada pela Lei 9.494/97, estabelece que a sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

16. A alteração introduzida pela Lei 9.494/97 teve por escopo evitar a usurpação de competência dos tribunais superiores, únicos que têm jurisdição em todo o território nacional. Nesse sentido, o Embargante pede vênia para trazer à colação trecho do voto do eminente Ministro Marco Aurélio, relator da ADIN 1576-1, in verbis:

"O Judiciário tem organização própria, considerados os devidos órgãos integrantes. Daí haver a fixação da competência de cada um dos Tribunais. A alteração do art. 16 correu à conta da necessidade de explicitar-se, a eficácia erga omnes da sentença proferida na ação civil pública. Entendo que o art. 16 da Lei 7.347/85, harmônico com o

Altides Nunes de Jesus Filho
Chefe da S. Reprografia

RE 3.757.09



sistema judiciário pátrio, jungia mesmo na redação primitiva, a coisa julgada erga omnes da sentença civil à área de atuação do órgão que viesse a prolatá-la. A alusão à eficácia erga omnes sempre esteve ligada à ultrapassagem dos limites subjetivos da ação, tendo em conta até mesmo o interesse em jogo - difuso ou coletivo - não alcançando, portanto, situações concretas, quer sob o ângulo objetivo, quer subjetivo, notadas além das fronteiras fixadoras do juízo. Por isso, tenho a mudança de redação como pedagógica, a revelar o surgimento de efeitos erga omnes na área de atuação do juízo e, portanto, o respeito à competência geográfica delimitada pelas leis de regência. Isso não implica esvaziamento da ação civil pública, nem tampouco ingerência indevida do poder Executivo no Judiciário."

17. Por todo o exposto, e para que não se configure violação ao disposto no art. 535, incisos I e II, do CPC, requer sejam recebidos e acolhidos os presentes embargos declaratórios, para que sejam supridas as omissões apontadas, sanando igualmente a contradição identificada.

18. Acaso essa Egrégia Turma, ao sanar a contradição e as omissões ora apontadas, entender por atribuir efeito infringente aos presentes embargos, estará acorde com a jurisprudência do Colêndo STJ, bem como desse próprio Tribunal, consoante ementas abaixo colacionadas:



"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATORIOS - OMISSÃO DE EFEITO INFRINGENTE - SUMULA 98/STJ.

[Handwritten signature]

Atides Nunes de Jesus Filho
Chefe da S. Reprografia



EMDAPC1-167989

RE 375709

Apenas em casos excepcionais admite-se efeitos infringentes nos embargos de declaração. Caso em que verificada a omissão, o reconhecimento desta implica em se alterar o julgado.

'Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório'. (Súm. 98-STJ).

Embargos acolhidos.

(EDRESP 187134 RJ, STJ - 5ª Turma, rel. Min. Felix Fischer, j. 30.06.99, DJU 16.08.99)

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE. POSSIBILIDADE MERO REEXAME DO JULGADO. DESCABIMENTO.

Segundo a moldura do art. 619, do Código de Processo Penal, os embargos de declaração consubstanciam instrumento processual destinado a expungir do julgamento obscuridade, ambiguidade ou contradição, ou ainda para suprir omissão sobre tema de pronunciamento obrigatório pelo Tribunal, não se prestando para promover a mera reapreciação do julgado.

A hipótese em que se confere efeito infringente aos embargos de declaração somente ocorre quando a modificação do julgamento decorrer da correção da ambiguidade, obscuridade ou contradição ou da supressão do ponto omissivo.

Embargos declaratórios acolhidos.

(EDHC 7348/SP, STJ - 5ª Turma, rel. Min. Vicente Leal, j. 30.06.99, DJU 23.08.99)



"Embargos de Declaração - Contradição - Efeito Infringente.

Antônio Nunes de Jesus Filho
Antônio Nunes de Jesus Filho
Chefe da S. Reprogramação



fil. 01
Este documento foi processado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR.
Baixado em: 04/06/2012 12:00:02.12.0021ge 046166EE594D.



RE 375709

Verificada a contradição apontada e suas consequências quanto ao julgamento de mérito, confere-se efeito infringente aos embargos declaratórios. "

(Emb.Declaração na APC 4839998, Relator Desª Vera Andrighi, 5ª Turma Cível, DJU 02.02.2000, p. 31)."

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Desembargador JOÃO MARIOSA – Relator

Conheço dos embargos, cabíveis e tempestivos. Alega o embargante, em síntese, que o acórdão é contraditório e omissivo.

Não vislumbro tais vícios na decisão.

A ação foi proposta com base na Lei da Ação Civil Pública, dispensando a utilização das regras do CDC.

A sentença e o acórdão que a confirmou reconheceram a legitimação ativa do embargado.

O pedido redução do percentual do IPC, com a manutenção da sentença, logicamente não foi acolhido.

No que respeita ao alcance da sentença, levou-se em conta âmbito nacional da demanda.

Pelo raciocínio exposto, vê-se que o inconformismo é com o teor do julgamento.

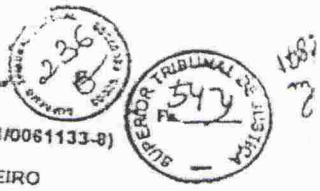
Por questão de ordem processual e de falta de contraditório não se pode rejuagar a causa em sede de embargos de declaração.

Discordância com a decisão desborda do conceito de contradição e omissão. Há para esse nível de descumprimento recurso próprio.

João Mariosa

João Mariosa
Chefe da S. Escrifania

RECURSO ESPECIAL Nº 327.200 - DF (2001/0061133-8)



RELATOR : MINISTRO ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADA : MAGDA MONTENEGRO E OUTROS
RECORRIDO : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC
ADVOGADO : DEOCLÉCIO DIAS BORGES E OUTROS

EMENTA

Correção monetária. Caderneta de poupança.
Cobrança. Instituição financeira e banco depositário.
Legitimidade.
I - Pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que as diferenças relativas a depósitos em caderneta de poupança para o mês de janeiro de 1989, é de 42,72%.
II - Recurso especial parcialmente provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelas letras "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão que condenou a instituição financeira recorrente a pagar as diferenças nas aplicações de cadernetas de poupança de janeiro de 1989 com a aplicação do IPC na ordem de 48,16% após deduzido o percentual de 22,97%.

Alega a recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1º e 16 da Lei nº 7.347/85, 535 I e II, 165 e 515 do CPC, além de divergência jurisprudencial.

Tem razão o recorrente em relação ao índice do IPC aplicado. A partir do julgamento do RESP 43.055-0, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 20/2/1995, a matéria pacificou-se neste Tribunal no sentido de que o índice da correção monetária referente àquele mês é de 42,72%.
Veja-se a ementa do referido acórdão, decidido por unanimidade pela Corte Especial:

STJ
20010061133-8 - RESP 327200



Supremo Tribunal de Justiça
A provisão do art. 2º da Lei nº 10.000/96

Superior Tribunal de Justiça



1683

"O divulgado IPC de Janeiro/89, considerados a forma atípica e anômala com que obtido e o flagrante descompasso com os demais índices, não refletiu a real oscilação inflacionária verificada no período, melhor se prestando a retratar tal variação o percentual de 42,72%, a incidir nas atualizações monetárias em sede de procedimento liquidatório"

Ante o exposto, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, com a redação da Lei nº 9.756/98, dou parcial provimento ao recurso especial para determinar seja adotado o percentual de 42,72% referente ao IPC de Janeiro de 1989.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de agosto de 2001.

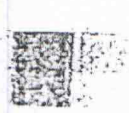
Antônio de Pádua Ribeiro
Ministro Antônio de Pádua Ribeiro



STJ
2001/0041113-4 - REsp 227200

Superior Tribunal de Justiça
Aprovado em 15/08/2001 - Extraída das autos originais

Página 2 de 2



23/06/2009

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 375.709-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGRAVANTE(S) : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A/S) : MAGDA MONTENEGRO E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - IDEC
ADVOGADO(A/S) : DULCE SOARES PONTES DE LIMA E OUTRO(A/S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL. O recurso extraordinário não é meio próprio a alcançar-se exame de controvérsia equacionada sob o ângulo estritamente legal.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - DEVIDO PROCESSO LEGAL. Se, de um lado, é possível ter-se situação concreta em que transgredido o devido processo legal a ponto de se enquadrar o recurso extraordinário no permissivo que lhe é próprio, de outro, descabe confundir a ausência de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com a entrega de forma contrária aos interesses do recorrente.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em negar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Carlos Ayres Britto, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 23 de junho de 2009.



MARCO AURÉLIO

RELATOR

fls. 010
Este documento foi publicado digitalmente pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR.
Baixar este documento, por favor, não utilize o endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 423213

Supremo Tribunal Federal 476

23/06/2009

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 375.709-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGRAVANTE(S) : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A/S) : MAGDA MONTENEGRO E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - IDEC
ADVOGADO(A/S) : DULCE SOARES PONTES DE LIMA E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Por meio da decisão de folhas 678 e 679, neguei seguimento ao recurso extraordinário, consignando:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO -
INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS -
INVIABILIDADE - FALTA DE
PREQUESTIONAMENTO.

1. O acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando o acesso ao Supremo Tribunal Federal. À mercê de articulação sobre a violância à Carta da República, pretende-se guindar a esta Corte recurso que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

2. Acresce que, no caso dos autos, o que sustentado nas razões do extraordinário não foi enfrentado pelo órgão julgador. Assim, padece o recurso da ausência de prequestionamento, esbarrando nos Verbetes n.ºs 282 e 356 da Súmula desta Corte.

A matéria trazida a debate refere-se ao alcance de decisão proferida em ação civil pública ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, na qual o Banco do Brasil foi condenado a "incluir o índice de 48,16% (quarenta e oito inteiros e dezesseis décimos percentuais) no cálculo do reajuste dos valores depositados nas contas de poupança com ela mantidas em janeiro de 1989, até o advento da Medida Provisória n.º 32, tudo a ser apurado em liquidação de sentença" (folha 241). Além de não ter indole constitucional a discussão, nada se disse sobre a legitimidade das entidades associativas para representar filiados judicial ou extrajudicialmente ou sobre os limites da coisa julgada, à luz dos artigos 5.º, inciso XXI, e 92, parágrafo único, da Constituição Federal.

fls. 476
Este documento foi assinado digitalmente por Tormena, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR.
Baixado por: p. arauj@tjms.jus.br
Este documento foi assinado digitalmente por Tormena, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR.
Baixado por: p. arauj@tjms.jus.br

fls. 477
Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR.
Para conferir a autenticidade do documento original, acesse o endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 423216

Supremo Tribunal Federal 477

RE 375.709-AgR / DF

A par desse aspecto, descabe confundir a ausência de entrega aperfeiçoada da prestação jurisdicional com decisão contrária aos interesses defendidos. A violência ao devido processo legal não pode ser tomada como uma alavanca para quindar conflito de interesses ao Supremo Tribunal Federal que se exaure, sob o ângulo da solução, na Corte de origem. A tentativa acaba por se fazer voltada à transformação do Supremo Tribunal Federal em Corte meramente revisora das decisões dos demais tribunais do País. Na espécie, a Corte de origem procedeu a julgamento fundamentando, de forma consentânea com a ordem jurídica, a parte dispositiva da decisão.

- 3. Nego seguimento a este extraordinário.
- 4. Publique-se.

O agravante, na minuta de folha 682 a 686, insiste na negativa de prestação jurisdicional. Aduz que, na sentença, entendeu-se cabível a ação civil pública, fundada nas disposições do artigo 1º, incisos II e IV, da Lei nº 7.347/85, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.078/90, que cuidam, respectivamente, da proteção ao consumidor e da legitimidade ativa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC.

Ressalta que apontou, na apelação, a impossibilidade de se levar em conta o Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de lei editada posteriormente aos fatos discutidos no processo; a ilegitimidade do instituto para defender, em ação civil pública, direitos individuais homogêneos não decorrentes de relação de consumo e a necessidade de redução do percentual de correção aplicado sobre os saldos bancários. Segundo sustenta, a Corte de origem limitou-se a consignar que a ação não foi proposta com base no Código de Defesa do Consumidor, mas na Lei de Ação Civil Pública, que é anterior aos fatos.

Supremo Tribunal Federal 478

RE 375.709-Agr / DF

Assevera que, para solucionar as demais questões arguidas no recurso, o Tribunal de origem evocou jurisprudência sobre a legitimidade passiva do Banco e afirmou devido o índice expurgado a todos os clientes que mantinham conta-poupança no período apontado na petição inicial. Diz ter sido apreciada somente a matéria relativa à aplicação do direito intertemporal, ficando os outros temas sem o devido exame. Defende que o desprovimento dos embargos de declaração interpostos resultou em negativa de prestação jurisdicional, em deficiência de fundamentação do julgado e em afronta ao disposto nos artigos 5º, inciso XXXV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal.

O Instituto, na contraminuta de folha 716 a 719, sustenta mostrar-se protelatório o agravo regimental, visando a impedir a execução definitiva da sentença e o cumprimento da obrigação reconhecida no título judicial.

É o relatório.

Supremo Tribunal Federal 479

RE 375.709-Agr / DF

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (Relator) - Na interposição deste agravo, atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por advogada regularmente constituída, foi protocolada no prazo legal. Conheço.

Observem que o Banco, havendo logrado levar a controvérsia ao Superior Tribunal de Justiça, teve o recurso especial parcialmente provido. Então, no extraordinário, interposto com articulação de ofensa ao devido processo legal, apontei que a Corte de origem emitiu entendimento sobre a matéria, não cabendo confundir a falta de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional com decisão contrária aos respectivos interesses.

De forma correta ou não, assentou-se a legitimidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC para a propositura da ação e consignou-se estar voltada não à integridade do Código do Consumidor, mas à preservação de direito dos substituídos, emprestando-se-lhe a nomenclatura de ação civil pública. Em síntese, o extraordinário não se fez calcado no permissivo constitucional, tendo ficado a controvérsia, sob o ângulo da legislação estritamente legal, à conta do Superior Tribunal de Justiça. Desprovejo este agravo.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 375.709-1
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : BANCO DO BRASIL S/A
ADV.(A/S) : MAGDA MONTENEGRO E OUTRO (A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC
ADV.(A/S) : DULCE SOARES PONTES DE LIMA E OUTRO (A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Ministro Menezes Direito. 1ª Turma, 23.06.2009.

Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia. Ausente, justificadamente, o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Ricardo Dias Duarte
Coordenador

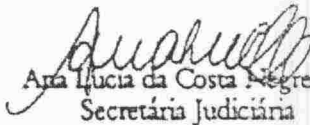
fls. 010
Este documento foi publicado digitalmente por Tormena, e cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR. Baixado em 23/06/2009 às 14:00:00. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 426415.



PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A Secretária Judiciária,
Bacharela Ana Lucia da Costa Negreiros,

certifica, a requerimento de pessoa interessada (Petição STF n. 27999/2010), que foram revistos, nesta Secretaria, em meio magnético, os registros de andamentos do Recurso Extraordinário n. 375709 (procedência: AC n. 19980110167989, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios), verificando-se que deles constam, como partes, recorrente Banco do Brasil S/A e recorrido Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, tendo como Relator, por substituição (art. 38, RISTF), Sua Excelência o Senhor Ministro Marco Aurélio, que lhe negou seguimento conforme decisão publicada no Diário da Justiça de 21/11/2005. **Contra essa, foi interposto agravo regimental, julgado pela Primeira Turma deste Tribunal em 23/6/2009, que, à unanimidade, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, por acórdão publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 9/10/2009, tendo transitado em julgado em 27/10/2009.** Certifica, por fim, que o assunto tratado no processo, constante do extrato informatizado, é: "DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. Intervenção no Domínio Econômico. Expurgos Inflacionários/Planos Econômicos. Poupança" .-----
NADA MAIS FOI PEDIDO. O referido é verdade e dou fé. -----
Secretaria do Supremo Tribunal Federal, em 14 de maio de 2010.-----

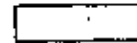

Ana Lucia da Costa Negreiros
Secretária Judiciária

/lcs



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Décima Segunda Vara Cível da
Circunscrição Especial Judiciária de Brasília

Folha Nº



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Processo: 1998.01.1.016798-9
Ação: CIVIL PUBLICA
Requerente(s): INSTITUTO BRASILEIRO DEFESA CONSUMIDOR
Requerido(a)(s): BANCO DO BRASIL SA

Heber Moreira
Diretor de Secretaria da 12ª Vara Cível
Da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília - DF
em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc.

Certifica que, revendo os registros desta Secretaria, a pedido da parte interessada, deles verificou constar a ação CIVIL PUBLICA, distribuída inicial junto a Comarca de São Paulo sob o nº 374/93 e posteriormente redistribuída para a justiça do Distrito Federal, onde recebeu o nº 16798-9/98, em que figura como requerente INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, e como requerido BANCO DO BRASIL S/A, tendo como objeto o pedido de condenação do requerido, de forma genérica, observado o art.95 do código do consumidor, a incluir o índice de 48,16% no cálculo dos valores depositados nas contas poupança com ele mantidas em janeiro de 1989, até o advento da medida Provisória nº 32, tudo a ser apurado em liquidação de sentença. A parte requerida foi devidamente citada em 08/06/1993 (fls.91) e apresentou contestação às fls. 99/136. O requerente apresentou réplica à contestação às fls. 138/150. Apensado aos autos principais ação de exceção de incompetência impetrada pelo requerido. Tendo em vista o acórdão prolatado nos autos do Agravo de Instrumento, foi determinada a remessa dos autos para a Justiça do Distrito Federal, onde foram recebidos em 28/02/1997 (fls.163). Juntada aos autos (fls.181/183) manifestação Ministerial. Sentença proferida em 06/11/1998, julgou procedente o pedido inaugural. A parte requerida interpôs Recurso de Apelação (fls.244/226) e a parte requerente contrarrazoado às fls. 261/293. Autos remetidos ao e.TJDFT, onde foi negado seu provimento, por unanimidade, conforme acórdão de fls. 315/325. Apresentado Recurso Especial (fls. 346/366) e Extraordinário (fls. 466/474), sendo juntado aos autos ofício comunicando a determinação da subida do Recurso Extraordinário interposto ao STF, onde foi deferido o processamento somente quanto ao Recurso Especial (fls. 533/534), o qual foi reconhecido em parte, para adotar o percentual inflacionário de 42,72% referente ao IPC de janeiro de 1989 nos procedimentos liquidatórios (fls. 542/543). Negado provimento ao agravo regimental no recurso Extraordinário nº 375709-1, nos termos do voto do relator e por unanimidade, nos termos do Acórdão publicado em 09/10/2009 (fls. 1036 e 1037) e transitado em julgado em 27/10/2009 (fls. 1063). Autos retornaram à Vara de origem em 03/02/2011 (fls. 1414). Dada e passada em Brasília - DF, 8 de agosto de 2015. **HEBER MOREIRA**, diretor de secretaria, a conferi e assino.

HEBER MOREIRA
Diretor de Secretaria

Sede do Juízo
Décima Segunda Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília
Pç Municipal, Lt. 01, Anexo "b", 5º Andar, Ala "b", Sl. 511, Eixo Monumental, Brasília/DF - Cep: 70094900 -
Telefone: 3343-7307
Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00.



3103792

Remetido em ____/____/____

Este documento foi pastado no sistema de arquivos do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e WALDIR SERRA MARZABAL JUNIOR. Para mais informações, por favor, contatar o setor de TI do TJMS. Telefone: (67) 3333-2072. E-mail: contato@tjms.jus.br. Arquivo: 0466160E10CE0EE.



Estado do Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

Autos nº 0806471-72.2013.8.12.0021

Ação: Cumprimento de Sentença

Exequente: Maria José Ottoni

Executado: Banco do Brasil S/A

Primeiramente, verifique o Cartório se houve a correta distribuição e se a inicial vem acompanhada das cópias necessárias (da sentença e eventual decisão de superior instância, da petição inicial, do comprovante de citação e procuração da parte sucumbente), intimando-se para providenciar, se for o caso.

O cumprimento de sentença que depende pura e exclusivamente de cálculo aritmético passa a ser processado de acordo com o artigo 475 do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei nº 11.232/05.

Deste modo, determino que o Cartório proceda da seguinte forma:

1. Intime(m)-se o(s) executado(s) para voluntariamente efetuar(em) o pagamento do valor devido no prazo de 15 dias; neste caso, ficará o devedor isento de multa, honorários advocatícios e custas, exclusivamente da execução. Esta intimação deverá ser feita na pessoa do advogado do(s) devedor(es) pelo Diário de Justiça.

2. Decorrido o prazo sem o pagamento, deve o Exequente apresentar cálculo atualizado, com multa de 10% sobre o débito (art. 475 - J do CPC), mais 10% de honorários advocatícios fixados exclusivamente para a execução. No caso de pagamento parcial a multa incidirá sobre o restante (art. 475-J, § 4º, do CPC).

3. Com o cálculo do valor devido expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, sendo que do ato será o executado intimado na pessoa do seu advogado (art. 475-J, §



Estado do Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

1º, do CPC) para, se quiser, apresentar impugnação no prazo de 15 dias.

4. Apresentada impugnação, deverá ser autuada em apenso, nos termos do artigo 102, § 5º, do CNCJG.

5. Cumpra-se no mais o Provimento 16/2006 da CGJ.

Intime-se.

Três Lagoas, 25 de novembro de 2013.

Assinado digitalmente
Rogério Ursi Ventura
Juiz de Direito em substituição legal



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

Ofício nº 0806471-72.2013.8.12.0021-001 Três Lagoas, 04 de dezembro de 2013

Prezado Senhor:

Ao externar cumprimentos, expedido nos autos nº 0806471-72.2013.8.12.0021 de Cumprimento de Sentença que Maria José Ottoni move em face de Banco do Brasil S/A, é o presente, com a finalidade de INTIMÁ-LO para voluntariamente efetuar(em) o pagamento do valor devido no prazo de 15 dias; neste caso, ficará o devedor isento de multa, honorários advocatícios e custas, exclusivamente da execução, conforme despacho de fls. 68/69, que segue anexo.

Fica ainda INTIMADO para regularizar a representação processual, com a respectiva juntada de procuração nos autos.

Sem mais, apresento protestos de estima e consideração.

Assinado Digitalmente
Yone Domingos da Silva Gomes Roman
Chefe de Cartório

Ilmo. Sr. Gerente do
Banco do Brasil S/A
Rua Paranaíba, 598, Centro
Três Lagoas-MS
CEP 79600-000



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

TERMO DE JUNTADA DE AR

Processo: 0806471-72.2013.8.12.0021

Ação: Cumprimento de Sentença

Parte autora: Maria José Ottoni

Parte ré: Banco do Brasil S/A

Aos 10 de janeiro de 2014, procedi a juntada do Aviso de Recebimento que segue.

Três Lagoas, 10 de janeiro de 2014.

Ana Claudia Gasparelli do Prado

Estagiário

CORREIOS **AR** AVISO DE RECEBIMENTO

MP

DESTINATÁRIO
 Banco do Brasil S/A
 Rua Paranaíba, 598, Centro
 79600-000, Três Lagoas, MS

AR498511877BR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
 4º Ofício Cível
 Rua: Zuleide Perez Tabox, S/Nº, Fax: (067) 521-4772/52,
 Centro
 79601-100, Três Lagoas, MS



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª	___/___/___	___:___	h
2ª	___/___/___	___:___	h
3ª	___/___/___	___:___	h

ATENÇÃO
 Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
 0806471-72.2013.8.12.0021-001

(Proc. digital)

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

82044503

DATA ENTREGA

17/12/13

Nº DOC. DE IDENTIDADE

9047630 SSP/MS

SIRLENE (REPALDI)

Autos 0800167-23.2014.8.12.0021
Autor(es): Banco do Brasil S/A
Réu(s): Maria José Ottoni

Apensem-se os autos ao processo de nº
0806471-72.2013.8.12.0021.

Recebo a impugnação, sem, contudo, dar-lhe efeito suspensivo, já que o impugnante não se desincumbiu do ônus de demonstrar a relevância dos fundamentos e a manifesta suscetibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação.

Manifeste-se o impugnado em 15 (quinze) dias.

Três Lagoas, 20 de janeiro de 2014

Assinado digitalmente
Márcio Rogério Alves
Juiz de Direito



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

CERTIDÃO

Autos n° 0806471-72.2013.8.12.0021

Ação: Cumprimento de Sentença

CERTIFICO, para os devidos fins, que decorreu em branco o prazo da intimação de fls. 70. Dou fé.

Três Lagoas (MS), 30 de janeiro de 2014.

Yone Domingos da Silva Gomes Roman
Distribuidor(a)



Estado do Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

Autos nº 0806471-72.2013.8.12.0021

Ação: Cumprimento de Sentença

Exequente: Maria José Ottoni

Executado: Banco do Brasil S/A

Em decorrência da decisão proferida pelo STJ no REsp Repetitivo nº 1.391.198 - RS (2013/0199129-0), determino a suspensão, devendo os autos permanecer em arquivo provisório até determinação do STJ. Após, a E. Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul enviou ofício aos Juízes do Estado determinando o seu cumprimento. Posteriormente, em 13 de fevereiro de 2015, a E. Vice-Presidência do TJMS reiterou ofício informando que deve ser mantida a suspensão dos processos, vez que o julgamento do recurso ainda não transitou em julgado. Ressalte-se recente decisão do E. TJMS: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA - EXISTÊNCIA DE RECURSOS ESPECIAIS SUBMETIDOS AO REGIME DO ARTIGO 543-C DO CPC DAS MATÉRIAS TRATADAS NO FEITO ORIGINÁRIO - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM QUE O CREDOR PRETENDE A INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM PERÍODOS SUCESSIVOS ÀQUELE QUE FOI FIXADO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA (IDEC X BANCO BAMERINDUS S.A) - RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE MÚLTIPLOS RECURSOS TRATANDO DA MESMA MATÉRIA - RISCO DE INEFICÁCIA DO QUE VIER A SER DECIDIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SE SE PERMITIR O PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DA SUA RESPECTIVA IMPUGNAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO - HIPÓTESE EM QUE, MESMO NÃO ESTANDO DIANTE DO QUE ESTABELECE O § 2º DO ARTIGO 543-C DO CPC, DEVE ORDENAR-SE A SUSPENSÃO DO PROCESSO EM PRIMEIRO GRAU, AINDA QUE DE ADOTANDO O JUIZ O PODER GERAL DE CAUTELA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I.



Estado do Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

Decidindo o Superior Tribunal de Justiça afetar o julgamento de questões tratadas no cumprimento de sentença e sua respectiva impugnação em que se discute a incidência, ou não, de expurgos inflacionários sucessivos àquele que foi assegurado em sentença condenatória proferida em ação coletiva, bem assim como de juros remuneratórios, deve-se ordenar a suspensão do processo, mesmo que em primeiro grau de jurisdição, quando se afere, pelo recurso aviado pelo banco recorrente, que no cálculo de liquidação do débito o credor fez incluir os expurgos inflacionários posteriores àquele definido pela sentença, a saber, com inclusão dos expurgos inflacionários dos meses de março de 1990, abril de 1990, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, planos Verão, Collor I e Collor II, objeto, exatamente, das discussões centradas nos recursos especiais repetitivos afetados pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. II. Embora, de rigor e pelos termos do artigo 543, § 2º, do CPC, a suspensão só devesse atingir os recursos que estivessem tramitando em segundo grau de jurisdição nos quais a mesma controvérsia esteja estabelecida, não se pode assim agir em se tratando de cumprimento de sentença, que pode chegar ao esgotamento da via executiva se não se emprestar o necessário efeito suspensivo ao processo ainda em curso em primeiro grau de jurisdição. III. Confere-se ao recurso interposto, em casos tais, a prerrogativa de o relator se utilizar de seu poder geral de cautela e, para evitar decisões contraditórias ou prejuízo ao credor se a execução chegar ao seu fim, ordenar a suspensão do próprio processo em primeiro grau, até que os recursos especiais submetidos ao regime do artigo 543-C, do CPC, estejam decididos. IV. Recurso conhecido e provido." (TJ-MS - AI:



Estado do Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

14046117920158120000 MS 1404611-79.2015.8.12.0000, Relator:
Des. Dorival Renato Pavan, Data de Julgamento: 30/06/2015,
4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 30/06/2015).

Dê ciência às partes.

Aguarde-se.

Cumpra-se.

Três Lagoas, 15 de dezembro de 2015.

Assinado digitalmente
Rodrigo Pedrini Marcos
Juiz de Direito em substituição legal

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0363/2015, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Rosemary Luciene Rial Pardo de Barros (OAB 7560A/MS)	D.J
Waldir Serra Marzabal Júnior (OAB 45784/PR)	D.J
Louise Rainer Pereira Gionedis (OAB 16644A/MS)	D.J

Teor do ato: "Intimação das partes do r. despacho de fls. 75/77: "Em decorrência da decisão proferida pelo STJ no REsp Repetitivo nº 1.391.198 RS (2013/0199129-0), determino a suspensão, devendo os autos permanecer em arquivo provisório até determinação do STJ. Após, a E. Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul enviou ofício aos Juízes do Estado determinando o seu cumprimento. Posteriormente, em 13 de fevereiro de 2015, a E. Vice-Presidência do TJMS reiterou ofício informando que deve ser mantida a suspensão dos processos, vez que o julgamento do recurso ainda não transitou em julgado. Ressalte-se recente decisão do E. TJMS: "AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA EXISTÊNCIA DE RECURSOS ESPECIAIS SUBMETIDOS AO REGIME DO ARTIGO 543-C DO CPC DAS MATÉRIAS TRATADAS NO FEITO ORIGINÁRIO IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM QUE O CREDOR PRETENDE A INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM PERÍODOS SUCESSIVOS ÀQUELE QUE FOI FIXADO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA (IDEC X BANCO BAMERINDUS S.A) RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE MÚLTIPLOS RECURSOS TRATANDO DA MESMA MATÉRIA RISCO DE INEFICÁCIA DO QUE VIER A SER DECIDIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SE SE PERMITIR O PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DA SUA RESPECTIVA IMPUGNAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO HIPÓTESE EM QUE, MESMO NÃO ESTANDO DIANTE DO QUE ESTABELECE O § 2º DO ARTIGO 543-C DO CPC, DEVE ORDENAR-SE A SUSPENSÃO DO PROCESSO EM PRIMEIRO GRAU, AINDA QUE DE ADOTANDO O JUIZ O PODER GERAL DE CAUTELA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. Decidindo o Superior Tribunal de Justiça afetar o julgamento de questões tratadas no cumprimento de sentença e sua respectiva impugnação em que se discute a incidência, ou não, de expurgos inflacionários sucessivos àquele que foi assegurado em sentença condenatória proferida em ação coletiva, bem assim como de juros remuneratórios, deve-se ordenar a suspensão do processo, mesmo que em primeiro grau de jurisdição, quando se afere, pelo recurso aviado pelo banco recorrente, que no cálculo de liquidação do débito o credor fez incluir os expurgos inflacionários posteriores àquele definido pela sentença, a saber, com inclusão dos expurgos inflacionários dos meses de março de 1990, abril de 1990, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, planos Verão, Collor I e Collor II, objeto, exatamente, das discussões centradas nos recursos especiais repetitivos afetados pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. II. Embora, de rigor e pelos termos do artigo 543, § 2º, do CPC, a suspensão só devesse atingir os recursos que estivessem tramitando em segundo grau de jurisdição nos quais a mesma controvérsia esteja estabelecida, não se pode assim agir em se tratando de cumprimento de sentença, que pode chegar ao esgotamento da via executiva se não se emprestar o necessário efeito suspensivo ao processo ainda em curso em primeiro grau de jurisdição. III. Confere-se ao recurso interposto, em casos tais, a prerrogativa de o relator se utilizar de seu poder geral de cautela e, para evitar decisões contraditórias ou prejuízo ao credor se a execução chegar ao seu fim, ordenar a suspensão do próprio processo em primeiro grau, até que os recursos especiais submetidos ao regime do artigo 543-C, do CPC, estejam decididos. IV. Recurso conhecido e provido." (TJ-MS - AI: 14046117920158120000 MS 1404611-79.2015.8.12.0000, Relator: Des. Dorival Renato Pavan, Data de Julgamento: 30/06/2015, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 30/06/2015). Dê ciência às partes. Aguarde-se. Cumpra-se." "

Do que dou fé.
Três Lagoas, 18 de dezembro de 2015.

Escrivã(o) Judicial

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0363/2015, foi publicada no Diário da Justiça nº 3492, do dia 08/01/2016, página 214/225, com circulação em 08/01/2016 e início do prazo em 21/01/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
07/01/2016 à 20/01/2016 - Provimento N. 350 - CSM - Suspensão

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Rosemary Luciene Rial Pardo de Barros (OAB 7560A/MS)	5	25/01/2016
Waldir Serra Marzabal Júnior (OAB 45784/PR)	5	25/01/2016
Louise Rainer Pereira Gionedis (OAB 16644A/MS)	5	25/01/2016

Teor do ato: "Intimação das partes do r. despacho de fls. 75/77: "Em decorrência da decisão proferida pelo STJ no REsp Repetitivo nº 1.391.198 RS (2013/0199129-0), determino a suspensão, devendo os autos permanecer em arquivo provisório até determinação do STJ. Após, a E. Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul enviou ofício aos Juizes do Estado determinando o seu cumprimento. Posteriormente, em 13 de fevereiro de 2015, a E. Vice-Presidência do TJMS reiterou ofício informando que deve ser mantida a suspensão dos processos, vez que o julgamento do recurso ainda não transitou em julgado. Ressalte-se recente decisão do E. TJMS: "AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA EXISTÊNCIA DE RECURSOS ESPECIAIS SUBMETIDOS AO REGIME DO ARTIGO 543-C DO CPC DAS MATÉRIAS TRATADAS NO FEITO ORIGINÁRIO IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM QUE O CREDOR PRETENDE A INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM PERÍODOS SUCESSIVOS ÀQUELE QUE FOI FIXADO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA (IDEC X BANCO BAMERINDUS S.A) RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE MÚLTIPLOS RECURSOS TRATANDO DA MESMA MATÉRIA RISCO DE INEFICÁCIA DO QUE VIER A SER DECIDIDO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SE SE PERMITIR O PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DA SUA RESPECTIVA IMPUGNAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO HIPÓTESE EM QUE, MESMO NÃO ESTANDO DIANTE DO QUE ESTABELECE O § 2º DO ARTIGO 543-C DO CPC, DEVE ORDENAR-SE A SUSPENSÃO DO PROCESSO EM PRIMEIRO GRAU, AINDA QUE DE ADOTANDO O JUIZ O PODER GERAL DE CAUTELA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. Decidindo o Superior Tribunal de Justiça afetar o julgamento de questões tratadas no cumprimento de sentença e sua respectiva impugnação em que se discute a incidência, ou não, de expurgos inflacionários sucessivos àquele que foi assegurado em sentença condenatória proferida em ação coletiva, bem assim como de juros remuneratórios, deve-se ordenar a suspensão do processo, mesmo que em primeiro grau de jurisdição, quando se afere, pelo recurso aviado pelo banco recorrente, que no cálculo de liquidação do débito o credor fez incluir os expurgos inflacionários posteriores àquele definido pela sentença, a saber, com inclusão dos expurgos inflacionários dos meses de março de 1990, abril de 1990, maio de 1990 e fevereiro de 1991, respectivamente, planos Verão, Collor I e Collor II, objeto, exatamente, das discussões centradas nos recursos especiais repetitivos afetados pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. II. Embora, de rigor e pelos termos do artigo 543, § 2º, do CPC, a suspensão só devesse atingir os recursos que estivessem tramitando em segundo grau de jurisdição nos quais a mesma controvérsia esteja estabelecida, não se pode assim agir em se tratando de cumprimento de sentença, que pode chegar ao esgotamento da via executiva se não se emprestar o necessário efeito suspensivo ao processo ainda em curso em primeiro grau de jurisdição. III. Confere-se ao recurso interposto, em casos tais, a prerrogativa de o relator se utilizar de seu poder geral de cautela e, para evitar decisões contraditórias ou prejuízo ao credor se a execução chegar ao seu fim, ordenar a suspensão do próprio processo em primeiro grau, até que os recursos especiais submetidos ao regime do artigo 543-C, do CPC, estejam decididos. IV. Recurso conhecido e provido." (TJ-MS - AI: 14046117920158120000 MS 1404611-79.2015.8.12.0000, Relator: Des. Dorival Renato Pavan, Data de Julgamento: 30/06/2015, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 30/06/2015). Dê ciência às partes. Aguarde-se. Cumpra-se." "

Do que dou fé.
Três Lagoas, 8 de janeiro de 2016.

Escrivã(o) Judicial



Estado do Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Três Lagoas
4ª Vara Cível

Autos 0806471-72.2013.8.12.0021
Exequirente: Maria José Ottoni
Executado(s): Banco do Brasil S/A

Remeta-se os autos ao arquivo geral, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 921 do CPC.

Cumpra-se.

Três Lagoas-MS, 31 de março de 2016.

Assinado digitalmente
Márcio Rogério Alves
Juiz de Direito